



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO,
REALIZADA NO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2023 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SESIMBRA

-----Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de 2023, no Auditório Conde Ferreira, em Sesimbra, realizou-se pelas vinte e uma horas, a primeira reunião da sessão ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência do Sr. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, e secretariada pelos Srs. Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro e Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes, Primeiro e Segundo-secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----**1. Transferência de competências da Administração Central no domínio da Ação Social – Prorrogação do prazo;**-----

-----**2. 20ª Edição da Assembleia Municipal de Jovens e 15ª edição do Concurso “As Cores da Cidadania”;**-----

-----**3. Apreciação da Atividade Municipal;**-----

-----**4. Atribuição do Prémio Espichel 2023;**-----

-----**5. Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação – Aprovação**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças:-----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU - João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Victor Ribeiro Antunes, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, Rui João Graça Rodrigues, Paula Alexandra Cacela da Conceição Graça Rodrigues, Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro e Sónia Patricia Narciso Faria Lopes; Pedro Miguel Pinto Mendes.-----

-----Pelo Grupo Municipal do PS – Sérgio Miguel Redondo Faias, Pedro Miguel dos Santos Mesquita; Ricardo Alves Mendes; Cláudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata; Paulo do Carmo de Sá Caetano; Andredina Gomes Cardoso e António Fernando Amiano Marques.-----

-----Pelo Grupo Municipal do Chega – Maria Madalena Cartaxo Serra e Silvia Marina Melo Montanha.

-----Pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PPD/PSD) – Carlos Filipe Pereira de Oliveira e Germano Óscar Amorim de Barros; -----

-----Pelo Grupo Municipal do BE- Carlos Alexandre Pinto de Oliveira Macedo.-----

-----Pelo Grupo Municipal do MSU – João Miguel Mateus Castanho. -----

-----Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, a Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel Jesus Gomes dos Santos, e o substituto do

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Júlio Manuel Duque Pimenta. -----

-----Comprovada a existência de quórum, 24 presenças, o **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas. -----

-----Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Francisco Manuel Firmino de Jesus e dos Vereadores(as) Felícia Maria Cavaleiro Costa, Maria Argentina Amiano Marques, Alfredo Miguel Pires Fernandes e Márcio António de Sousa Oliveira. -----

-----**O Presidente da AMS** começou por cumprimentar todos os presentes, o Senhor Presidente da Câmara, os vereadores (as), membros da Mesa e restantes Deputados. Cumprimentou também o público presente bem como aqueles que seguiam a sessão online e os técnicos da autarquia de davam apoio ao som e imagem na transmissão da sessão. -----

-----Pedeu desculpa pelo atraso do início da sessão, justificando que não era normal atrasos desta dimensão, mas havia alguns assuntos internos a tratar antes da sessão começar e até por uma questão de rentabilizar tempo mais à frente, tinham decidido “perder” aqui 20 minutos para depois ganhar mais à frente na discussão, no debate e na riqueza dos trabalhos. -----

-----Justificou em seguida a ausência da Deputada Luisa Carvalho do GM do PS, que se fazia substituir pelo Deputado António Marques e do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Carlos Pólvora que se fazia substituir pelo Tesoureiro do Executivo, Júlio Pimenta.-----

-----Justificou ainda a ausência dos Vereadores Nelson Pólvora e José Polido, que haviam justificado as suas ausências.-----

-----Informou em seguida que já todos os deputados tinham acesso ao link da Plataforma da Assembleia Municipal de Sesimbra (PAMS) acerca do relatório do Revisor Oficial de Contas (ROC), referente ao exercício do primeiro semestre de 2022 da Câmara Municipal. Era uma informação que iria servir no mês de abril, mas que já todos tinham acesso. -----

-----Referiu que tinha sido tratado em sede de Comissão de Líderes, a divisão desta sessão em duas reuniões, sendo que a segunda reunião se iria realizar no dia 03 de março, no mesmo local e à mesma hora, para a qual transitaria o ponto da Apreciação da Atividade Municipal, e, eventualmente, algum documento do Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD) sobre o qual não tivessem já condições para fazer essa discussão. -----

-----Logo após, colocado à votação, foi **aprovado por unanimidade dividir a sessão em 2 reuniões sendo que a segunda reunião se realizará no dia 3 de março (sexta-feira), pelas 21h00 no Auditório Conde de Ferreira, bem como alterar a ordem dos pontos e organização, ficando do seguinte modo:---**

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**Reunião de 24/02/2023:**-----

-----**Período Aberto às Intervenções dos Cidadãos;**-----

-----**Período de Antes da Ordem do Dia com os seguintes documentos:**-----

- Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Ezequiel Lino; -----
- Voto de Pesar pela Morte de S.S. o Papa Bento XVI;-----
- Saudação - Dia Internacional da Mulher;-----
- Moção - Pela Sustentabilidade da Pesca e das suas Comunidades; -----
- Moção – Um ano de guerra na Ucrânia;-----
- Recomendação - Conselho Municipal do Turismo;-----
- Recomendação - Pelo envio atempado da informação referente à Atividade Municipal (GM MSU);-----
- Recomendação - Remoção de viaturas abandonadas na via pública ou em estacionamento indevido ou abusivo. -----

-----**Período da Ordem do Dia com os seguintes pontos:**-----

- 1º Ponto da Ordem de Trabalhos-----
- Transferência de competências da Administração Central no domínio da Ação Social – Prorrogação do prazo; -----
- 2º Ponto da Ordem de Trabalhos-----
- Atribuição do Prémio Espichel 2023 -----
- 3º Ponto da Ordem de Trabalhos-----
- 20ª Edição da Assembleia Municipal de Jovens e 15ª edição do Concurso “As Cores da Cidadania”. -----
- 4º Ponto da Ordem de Trabalho-----
- Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação – Aprovação-----

-----**Reunião de 03/03/2023:**-----

-----**Período de Intervenção Aberto aos Cidadãos;**-----

-----**Período da Ordem do Dia com o seguinte ponto (continuação):**-----

- 4º Ponto da Ordem de Trabalhos-----
- Apreciação da Atividade Municipal. -----
- O **Presidente da AMS** disse que vinha sendo prática, em termos de tempo regimental, aplicar 30+30 minutos para o PAOD, fim dessa hora, seria suposto passar ao Período de Intervenção Aberto aos Cidadãos (PIAC), e, depois, os documentos sobre os quais não tivessem tempo de discutir passariam para

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

outra reunião. Hoje, já tinham 3 inscrições de cidadãos sobre temas que exigiriam alguma ponderação, alguma discussão e atenção, tendo a Comissão de Líderes entendido fazer uma alteração sobre a ordem dos períodos, passando o PIAC para o início da sessão. Ou seja, antes do PAOD, dar a voz aos cidadãos inscritos para fazerem as suas intervenções. Acrescentou que esta decisão tinha sido plenamente consensual entre todos, mas, ainda assim, colocaria à votação do plenário.-----

-----Em seguida, colocado à votação, **foi aprovado por unanimidade** a alteração da ordem dos períodos, da seguinte forma:-----

-----Reunião de 24/02/2023:-----

-----Período Aberto às Intervenções dos Cidadãos;-----

-----Período de Antes da Ordem do Dia.-----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que, na pessoa do Presidente da AM, cumprimentou todos os presentes, em particular o público presente que iriam ter a oportunidade de ouvir. ------

-----Disse que o Grupo do Partido Socialista, tendo em conta o dia infeliz que hoje se assinalava da invasão da Ucrânia pela Rússia, que havia acontecido há precisamente um ano, gostaria de propor que esta Assembleia assinalasse esse dia com um minuto de silêncio pelas vítimas desta guerra incompreensível para a maior parte, e queriam dar de facto esta solidariedade também às suas famílias que estavam a ser tão fortemente afetadas pelo que estava a acontecer e pelo que vinha acontecendo ao longo deste último ano.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da AMS** que perguntou se algum dos líderes dos Grupos Municipais tinha alguma oposição relativamente a esta proposta.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Rui Rodrigues** que, na pessoa do Presidente da AM cumprimentou todos os presentes e disse ser óbvio que a CDU não se opunha a um minuto de silêncio em memória às vítimas da guerra, mas alargariam esse minuto de silêncio não só às vítimas da Guerra da Ucrânia, mas às vítimas de todas as guerras pelo mundo fora, nomeadamente na Síria, no Iémen, entre outros.-----

-----Usou da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que referiu que estavam a falar num dia e numa data específica. Cada um podia interpretar para si aquilo que entendesse. Mas, a proposta e aquilo que o GM do PS iria fazer, era assumir esse minuto pelas vítimas desta guerra que estava a acontecer neste momento e que fazia hoje um ano, precisamente, que se havia iniciado.-----

-----De seguida, não havendo objeções, **foi guardado um minuto de silêncio pelas vítimas da Guerra**

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

na Ucrânia iniciada há um ano. -----

-----Logo após, o **Presidente da AMS** declarou aberto o Período de Intervenção Aberto aos Cidadãos, informando que havia 3 solicitações de intervenção inscritas pela seguinte ordem: Senhora Cláudia Filipa Silva Curto, cujo tema a abordar seria a situação atual da Casa do Povo de Sesimbra; Senhora Maria de Fátima Lopes Rapaz, cujo o tema a abordar seria também a situação da Casa do Povo de Sesimbra, sendo que a Senhora Cláudia era representante dos pais e a Senhora Maria de Fátima representante dos funcionários e, por fim, Senhor Nuno Alexandre Marquês Flórido, cujo tema abordar seria a falta de segurança no Carnaval na fase de madrugada.-----

-----Foi cedida a palavra à **Senhora Cláudia Curto**, que disse ser a representante dos pais da Casa do Povo e também uma cidadã preocupada. Era mãe da Leonor, que tinha 6 anos e da Beatriz, que tinha 2 anos. Referiu que muitos tinham frequentado a instituição em criança e tinham crescido sabendo que um dia os seus filhos iriam lá estar para receber amor e cuidados por parte de todos aqueles que lá trabalhavam. No entanto, em janeiro haviam recebido uma convocatória para uma Assembleia Geral, o que nunca tinha acontecido, sendo logo um alerta e onde tudo tinha mudado.-----

-----No dia 17, dirigiram-se à Assembleia onde supostamente seria para fazer a prestação das contas desde 2019, no entanto, tal não havia acontecido, tendo apenas sido passada a informação da iminência do encerramento da instituição e feita a votação para que a Casa do Povo fosse hipotecada, tendo o Presidente do Florival Cardoso indicado a sua vontade de sair da instituição e proposto a votação de alteração dos estatutos, onde seria incluída uma alínea para desresponsabilização dos órgãos de Direção sobre todas as dívidas e responsabilidades financeiras da instituição, não tendo a mesma sido aprovada pelos sócios.-----

-----Referiu que tinham falado depois com algumas funcionárias que haviam informado sobre a situação real da instituição que, conforme foi explicado anteriormente, era muito grave. Neste sentido, os associados tinham tentado alterar o futuro desta instituição decidindo ajudar. Havia reunido alguns pais e vinham tentando fazer tudo o que estava ao seu alcance para reverter esta situação. No entanto, estavam a ficar desesperados porque todos os dias ouviam os rumores da intenção do Presidente de fechar a Casa do Povo, e sabiam que não existia vagas nas outras instituições, e perguntavam o que é que iriam fazer e o que é que iria acontecer quando um dia chegassem de manhã à instituição e esta estivesse fechada.-----

-----Referiu que o custo de vida estava cada vez mais alto e muitos dos pais não tinham capacidade de pôr os seus meninos em instituições privadas. Não havia possibilidade de deixarem os filhos com os avós

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

ou com outros familiares, uma vez que todos trabalhavam. Perguntou quem é que iria ficar com os seus filhos e quem é que os iria buscar e levar à escola, bem como com quem é que eles iriam ficar em dias de greve. No caso dos idosos, perguntou quem é que iria cuidar deles, e, quando os seus filhos trabalhavam o dia inteiro, quem é que lhes levaria o almoço, quem é que lhes iria fazer a higiene e quem é que iria minimizar o distanciamento social.-----

----- Disse que a Casa do Povo sempre tinha sido um “Porto de abrigo”. Sabiam que as funcionárias estavam de corpo e alma com os meninos e com os idosos, mas também sabiam que estas não podiam continuar assim. Disse também que alguma coisa tinha de ser feita porque não estavam a falar apenas de uma instituição, mas de um Concelho que havia precisado da Casa do Povo ontem, precisava hoje e iria precisar amanhã. Era por isso que, ainda que fosse necessário apurar todas as responsabilidades do passado, aquilo que interessava neste momento era saber como iriam viabilizar o presente imediato e o futuro da Casa do Povo. Se esta existia há 50 anos, era necessário arranjar condições sustentáveis para os próximos 50. Tinham um conjunto de pais e familiares interessados, sérios, honestos, íntegros e com capacidade para ajudar a reerguer a Casa do Povo em conjunto com a Câmara Municipal e com a Segurança Social, mas para isso era necessário que as autoridades intervissem dentro dos seus limites e capacidades para os associados poderem ajudar a não deixar fechar a Instituição e apoiar na criação de um futuro sustentável para a Casa do Povo. -----

-----Assim, pediam, por favor, que ajudassem Sesimbra, ajudassem a Casa do Povo, ajudassem os nossos meninos e também os nossos idosos. -----

-----Foi cedida a palavra à **Senhora Fátima Rapaz**, que disse ser uma das funcionárias da casa do povo, estando aqui como representante de todas as funcionárias de há mais de 29 anos. Referiu que eram como uma família e que estava aqui para partilhar a preocupação com a situação desesperante em que a Casa do Povo se encontrava neste momento.-----

-----Referiu que a Casa do Povo de Sesimbra tinha sido fundada há 50 anos e desde então vinha prestando apoio a centenas de famílias do Concelho, sempre com toda a sua dedicação e empenho. Ao longo destes anos já tinham enfrentado várias situações e problemas, tendo sempre feito tudo o que estava ao seu alcance para garantir o bem-estar dos utentes e o apoio às centenas de famílias do Concelho, quer fossem crianças ou idosos. No entanto, nos últimos meses, a situação havia-se alterado drasticamente, sendo que em outubro, sem qualquer informação por parte da Direção, os ordenados tinham começado a ser pagos faseadamente e desde dezembro que tinham deixado de ser pagos na totalidade, tendo sido pedido esclarecimentos à Direção, que não havia mostrado qualquer

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

disponibilidade para reunir. Mais tarde, tinham ficado a saber que a conta da instituição estava congelada pela Segurança Social e que não havia dinheiro para nada, e o dinheiro necessário para a gestão corrente era o dinheiro que havia em caixa. Tinha reunido então com a Vereadora da Educação, D.^a Felícia Costa, partilhando a preocupação com a atual situação e com a possibilidade de a instituição fechar, pois sempre que tinha sido possível chegar ao encontro do Senhor Florival Cardoso, o Presidente da Direção da Instituição, tinha sido esse o sentimento que este havia passado, de que queria que a instituição encerrasse. -----

-----Disse que, mais tarde, tinham sido informados que a segurança social iria disponibilizar uma verba para pagar os ordenados em atraso, de forma a manter a instituição aberta, o que apenas havia acontecido na passada terça-feira de Carnaval de forma parcial, pois tinha ficado em falta ainda os subsídios atrasados de Natal e de férias. -----

-----Referiu que a Câmara vinha-se mostrando disponível para apoiar desde o primeiro momento e hoje era graças a esta e ao apoio de todas as outras instituições, nomeadamente, o Centro Paroquial e a Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra, que estavam a conseguir manter a alimentação dos utentes, tendo sido essenciais para manterem as portas abertas, sendo que, de outra forma, não conseguiriam. -

-----Tendo em conta esta situação de futuro incerto e não havendo por parte da Direção qualquer intenção de informar as famílias, tinham sentido o dever de o fazer. Desde então, um grupo de pais havia-se movimentado no sentido apoiar, dando força para não desistirem, fazendo contactos no sentido de encontrar apoios para que ajudassem a resolver este problema. -----

-----Disse que não queriam deixar os utentes e famílias sem apoio, e apesar de terem toda a legalidade para deixarem de trabalhar, vinham fazendo um esforço gigantesco, pois sabiam que mais de 100 famílias ficariam sem alternativas. Todos os dias ouviam essa preocupação dos pais e dos idosos que dependiam delas, e eram estes que davam força para continuarem, pois sabiam que não havia respostas noutras instituições. -----

-----Por fim, disse que deixava assim duas questões: Perguntou que Direção e Gestão era esta isenta de prestar contas aos sócios e às entidades competentes e que fiscalização tinha havido por parte da Segurança Social que injetava do dinheiro dos contribuintes sem que houvesse um acompanhamento responsável e interessado na recuperação desta Instituição. Era por isso que aqui estavam hoje. Para pedir ajuda a salvar a Casa do Povo e garantir que nem os funcionários nem os utentes ficariam sem “chão”. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- De seguida, usou da palavra o **Presidente da AMS** que informou que, entretanto, havia chegado mais uma inscrição da Senhora Patrícia Isabel Ferraria Filipe, também sobre o tema do Carnaval. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Senhor Nuno Flório** que cumprimentou todos os presentes e disse que iria falar sobre uma questão que tocava ao próprio, e queria trazer um bocadinho do sentimento de insegurança que tinha sido sair à noite no Carnaval. Uma coisa tão grave e, de certa forma, inesperada para várias pessoas que tinham saído no Carnaval, mas que lhe tinha “tocado” pessoalmente, sendo que tinha sido com amigos seus. Referiu que felizmente não se tinha passado nada de grave com estes, mas por mera sorte, porque tinham sido entregues à sorte e isto, a seu ver, era muito grave. -----

-----Disse que sentiu uma falta de planeamento para estas fases de madrugada no Carnaval. Tinha-se sentido desprotegido numa Terra que era conhecida por ser segura e por ter um ambiente de festa tão bonito no Carnaval. Sabia que já não era a mesma coisa e não estava à espera de milagres nem que se voltasse há 10 anos ou 20 ou 30, mas esperava uma coisa das entidades eleitas, que era planeamento. Só pedia que pusessem a mão na consciência e pensassem em começar a preparar o Carnaval um pouco antes, não na parte do dia, porque nessa parte estava tudo bem e não tinha nada a apontar nesse aspeto. Só pedia uma coisa tão simples como ter segurança a ir para casa, que achava que não era pedir muito. Acrescentou que tinha tido medo de ir para casa e não era uma pessoa medrosa, mas tinha visto na rua uma libertinagem e rufias autênticos a andarem por Sesimbra, na sua Terra que tinha no coração, a fazerem o que queriam, e isto não podia acontecer, a seu ver. -----

-----Logo após, foi cedida a palavra à **Senhora Patricia Filipe**, que começou por cumprimentar todos os presentes e informar que estava a intervir na condição de munícipe, habitante do Concelho de Sesimbra e pessoa que vivia o Carnaval desde que se lembrava. -----

-----Disse que deviam de considerar que o Carnaval era uma das bandeiras de Sesimbra a nível de turismo, a nível de comércio e a nível de visibilidade para o exterior. As pessoas quando falavam de Sesimbra, falavam na praia, no Carnaval e pouco mais do que isso, e, considerava que se esta era uma das bandeiras de Sesimbra, tinham de a cuidar e preservar da melhor forma possível. -----

-----Disse também que gostava de ressaltar alguns pontos que, a seu ver, enquanto cidadã, tinham sido bastante positivos, nomeadamente a disposição do trio, as baias de segurança que tinham sido colocadas ao longo do percurso dos desfiles, os ecrãs que tinham dinamizado bastante os tempos entre a transição das várias escolas, a forma como os próprios grupos recreativos foram abordando todos os momentos ao longo dos vários dias de Carnaval, os espaços com música ao vivo, que tinham de ressaltar, porque efetivamente, na sua opinião, o Carnaval de Sesimbra era um Carnaval de famílias onde viam

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

desde os avós, aos filhos, aos netos e várias gerações a brincar ao Carnaval, e eram esses bailes de Carnaval que traziam as boas memórias do Carnaval, que todas as pessoas que viviam o Carnaval em Sesimbra, gostavam e procuravam. -----

-----Disse que gostava de ressaltar ainda o aspeto das bancadas que tinham sido colocadas. Não era a primeira vez que se utilizavam dessas infraestruturas, mas de qualquer forma continuavam a ser poucas para o Público que tinham, sendo que tinham tido um registo de quase 11 mil participantes no dia dos palhaços, fora os que não tinham sido registados. Portanto, pensava que tinham de pensar um pouco mais à frente do que colocar apenas assentos para umas poucas centenas de pessoas. -----

-----Referiu que, do ponto de vista não tão positivo, indo ao encontro da intervenção anterior, dizia respeito à segurança e à falta desta que era sentida desde a madrugada até ao fim da noite. Também sobre os estacionamento, pensava que era inadmissível do ponto de vista social, verem pessoas, como a própria tinha visto, a ir com crianças pela mão a pé desde o Castelo. Não tinham rodovias para isso, não tinham sequer passeios, e achava que existiam várias alternativas que deviam de ser ponderadas. -----

-----A nível dos horários e do programa de Carnaval, disse que achava interessante, sendo que as pessoas tinham cada vez mais facilidade de acesso a nível das redes sociais, da Internet e dos sites da Câmara Municipal, terem algo que fosse mais claro e coeso com alguma antecedência para que as pessoas também se pudessem organizar e perceber quais eram as atividades que queriam participar e em que moldes queriam participar. -----

-----Relativamente à higienização das ruas e da manutenção dos espaços públicos, referiu que existia uma higienização diária, mas não era suficiente. Havia várias ruas contíguas e paralelas à Avenida Principal que não eram higienizadas, nomeadamente, havia uma habitação numa rua praticamente na Avenida principal, que não era higienizada e onde as pessoas, por falta de locais como casas de banho, durante os períodos não só noturno, mas também diurno, acabavam por utilizar as ruas, sendo que as casas de banho públicas não eram suficientes, e deviam ser colocadas, a seu ver, casas de banho portáteis, pagas ou não pagas que ficaria ao critério do Município, e, ainda, opções após as 2 horas da manhã, sendo que neste ano tinha ficado decidido que a partir das 2h00 da madrugada não iria haver música nas ruas porque existiam espaços, mas os espaços que existiam não eram suficientes. -----

-----Por fim, disse que, em resumo, o que gostaria de transmitir nesta Assembleia era que estavam todos do mesmo lado. Não existia o lado esquerdo da Fortaleza, não existia o lado direito, não existiam os autarcas e os munícipes. Todos queriam o mesmo, todos queriam o melhor para a Vila e usar da cara de Sesimbra. Já que o Carnaval era uma das características, que fosse um Carnaval de boa qualidade, para

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

que não pesquisasse “terça-feira de Carnaval de Sesimbra” e a primeira notícia aparecesse fosse de uma pessoa esfaqueada. Não fazia sentido, e o Carnaval de Sesimbra não era isto. Achava que tinham de pensar em melhorar as condições de acesso e de estacionamento, a higiene e a segurança, e também seria uma boa opção criar uma Comissão organizadora e dinamizadora do Carnaval, que não trabalhasse apenas no mês antes do Carnaval, mas que trabalhasse durante o ano inteiro com pessoas que sabiam que a sua responsabilidade era contribuir para o Carnaval de Sesimbra e para que tivessem todos uma festa à medida daquela que achavam ser merecedores.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da Câmara** para que prestasse esclarecimentos aos cidadãos. Este começou por justificar, em nome do executivo, as ausências dos vereadores José polido e Nelson pólvora que, por motivos pessoais, não podiam estar presentes. Cumprimentou em seguida, a Mesa, em nome do Executivo, todos os deputados municipais, o público presente, as equipas de apoio à transmissão e ao acompanhamento desta sessão e aqueles acompanhavam a partir de casa. -----

-----Disse querer deixar uma primeira nota num dia que, não sendo só infeliz para o mundo, não deixava de ser infeliz para o município, como esta Assembleia iria com certeza também sinalizar, pela perda e o desaparecimento do primeiro Presidente de Câmara Municipal de Sesimbra no pós 25 de Abril, aquele que tinha mais anos de mandato e, se não houvesse alteração da lei atual, seria aquele a fazer mais anos de mandato no exercício de funções de Presidente de Câmara. -----

-----Informou que o Município de Sesimbra havia decretado, a partir de amanhã, três dias de luto municipal. Amanhã, pelas 9h00, seria o funeral, que seria rápido por decisão da família, com uma cerimónia simples. Acrescentou que não deixava de ser um dia extremamente infeliz quando, independentemente das simpatias político partidárias, alguém que tinha tido um papel relevante na emancipação do Concelho de Sesimbra e de algumas questões que estavam aqui a ser hoje abordadas pelo Público, como o Carnaval, as instituições e a própria Casa do Povo, sendo que este tinha sido também um percussionista da emancipação do território e do Concelho. -----

-----Relativamente às intervenções dos cidadãos, disse que começaria pelo fim porque não podia deixar de dar a palavra à Vice-Presidente, que, particularmente na questão da Casa do povo, vinha acompanhando o processo bem mais de perto, aliás, com reuniões e interações todas as semanas. -----

-----Sobre o Carnaval, disse que a perceção que tinham não era diferente da perceção que tinha sido aqui colocada quer pelo Senhor Nuno, quer pela Senhora Patrícia. O sentimento de orgulho que tinham das melhorias construídas não apenas num mês, mas, em algum tempo com as escolas de samba/grupos sobretudo nos desfiles de domingo e terça-feira, na maioria dessas mesmas condições em criar maior

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

atratividade e em posicionar o Carnaval de Sesimbra naquilo que era o panorama nacional, consideravam que tinha sido extremamente positivo. -----

----- Independentemente de haver um problema endémico, que era a dificuldade que tinham em ter aqui em espontâneo, provavelmente, 30 mil pessoas na Vila de Sesimbra, fosse por via dos transportes particulares utilizados, fosse por via da pressão que tinha sobre o território. Na verdade, aquilo que se havia passado particularmente quase todas as noites, mas particularmente nas 2 noites mais conhecidas e que atraíam mais gente, criava preocupação. Era verdade que todo o trabalho de promoção de destino, todo o trabalho de promoção do território e da marca Carnaval de Sesimbra tinha ficado “manchado”, obviamente, por sentimento de insegurança e pelas notícias na comunicação social sobre uma agressão e sobre um militar da GNR que não tinha sido única a acontecer, infelizmente, durante o período noturno do Carnaval. -----

-----Disse que tinham a perceção clara que de que tinham todos de ter uma abordagem diferente sobre este produto. Estavam a falar, no cômputo geral, que provavelmente entre sábado e terça-feira tinham passado por Sesimbra cerca de 100 mil pessoas, entre os desfiles, as noites e, portanto, isto tinha de ser olhado como um grande evento, quase ao nível de um festival ou de um Super Bock Super Rock, sendo que este tinha menos gente no conjunto dos 3 dias do que provavelmente tinha tido o Carnaval de Sesimbra, que tinha de ser olhado em toda a sua dimensão. -----

-----Referiu que tinham tentado perceber, por um lado, o que é que atraía determinados grupos, independentemente das questões que todos, individualmente, podiam considerar, avaliar e apreciar, sendo que cada um teria com certeza a sua opinião. Acrescentou que já tinham recebido “n” de interações, via redes sociais, via e-mail, sobre propostas, sugestões e reclamações, e achava que tinham um caminho a fazer, tendo como chapéu que, de facto, este era um evento de grandes dimensões e que tinha de ser considerado como tal, e, sendo um evento de grandes dimensões, com particular incidência deste sentimento no período noturno, tinham de perceber o que é que atraía este grupo de jovens que muitas vezes não tinha a ver com a dinâmica e o gosto de celebrar o Carnaval, que percebiam com toda a certeza, e o que é que atraía também tanta gente que, olhando para os registos que tinham de imagens aéreas, não eram suportáveis para aquilo que era o espaço Público neste momento, independentemente das questões das casas de banho, e, neste quadro e neste contexto, provavelmente iriam ter que, sem saber como, porque neste momento não tinham condições, definir lotações. A forma como iriam fazer isso é que ainda teriam de avaliar com a cabeça fria e sem obviamente o peso da cabeça quente que tinham hoje. -----

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse que era claro ter de olhar para o Carnaval na dimensão de grande evento e de grande produto turístico de Sesimbra, e, no próximo ano, indubitavelmente, porque achava que tinha ficado claramente visto, tinha de ser marcado sobre o signo da atratividade e segurança em todas as suas dimensões. -----

-----Referiu que estava previsto iniciarem a partir da próxima semana, um conjunto de contactos e que não tinham ainda o balanço das forças de segurança. Era certo que tinha sido tomado um conjunto de medidas, mas não diria se bem ou se mal, porque esse balanço tinha de ser feito atendendo às circunstâncias em que haviam ocorrido, sobretudo o período noturno e o período da madrugada no Concelho de Sesimbra nos dias de maior afluência, mas ainda nem sequer tinha havido contacto com as forças de segurança sobre o Balanço e o relatório sobre as dificuldades. -----

-----Referiu que percebiam as dificuldades que existiam em ter efetivos de forças de segurança para reforçar o que devia ser uma presença, quer no controlo de acessos, quer sobretudo em zonas de maior atrito, onde existia aparentemente uma pré-tendência a que pudesse existir algum conflito, mas a informação que tinham era que não existia neste momento mais efetivos e mais meios das forças de segurança para colocar no Concelho de Sesimbra. Também estava certo de que não iriam conseguir virar a página de um ano para o outro totalmente, sendo que a perceção que o próprio tinha era que mesmo com estes 2 anos de interregno da pandemia, esta situação já se tinha verificado em 2020, não com a dimensão da pressão do número de pessoas que tinham tido no ano 2023, e já tinha acontecido em 2019 numa dimensão inferior, e no ano de 2018 numa dimensão ainda inferior e, portanto, neste momento, havia duas questões importantes, que era, estancar por um lado e reverter por outro, sobretudo sobre a segurança. -----

-----Disse que todos tinham esta perceção e pensava haver unanimidade geral do sentimento que se sentia no período noturno, portanto, teriam de reverter, mas tinham de perceber com o que é que podiam contar e que meios tinham disponíveis. Com certeza que o município não seria insensível se tivesse de fazer um investimento bem maior em questões de segurança, mas dependia, obviamente sempre também da perspetiva que tinham as próprias autoridades com responsabilidade sobre essa matéria. -----

-----Era esse trabalho que iriam fazer com a expectativa de que no próximo ano, sem dizer se seria uma inversão total, mas que começasse a inverter a tendência que infelizmente vinha crescendo nos últimos anos do sentimento de insegurança, sentimento que não era um sentimento, mas um facto, durante a noite. -----

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Relativamente à questão da Casa do Povo, e sem prejuízo de passar a palavra à Vice-Presidente, disse que a primeira questão, era que havia total solidariedade do Município de Sesimbra e achava que era transversal a todos os eleitos, sobre um dos períodos negros que a instituição neste momento estava a atravessar.-----

-----Referiu que, também tinha sido, de certa forma, não uma surpresa total, mas nunca esperariam no momento em lhes tinha sido colocado efetivamente pelos trabalhadores, e não pela direção. Acrescentou que também poderia ter sido uma situação inversa, em que a direção atempadamente colocasse ao município para que pudesse haver uma aferição junto da Segurança Social com a autarquia, soluções que eventualmente pudessem ser compatíveis com aquilo que cada um tinha de responsabilidades, mas promovessem sobretudo a sustentabilidade da instituição. Isso não tinha acontecido, tendo a sinalização sido dada pelos trabalhadores, quando efetivamente, como tinha dito a Senhora Fátima, não tinha havido pagamento das remunerações a tempo e horas ou o não pagamento no caso do mês de dezembro em particular.-----

-----Referiu que para o Município era uma surpresa o estado da arte da instituição devido ao levantamento que tinham feito. Neste momento, não se tratava exclusivamente da questão das remunerações, sendo que esta era obviamente a preocupação principal, mas associada a isso era a garantia da resposta aos utentes, fossem eles da infância ou de idosos, e havia uma necessidade clara de os meios, que não tinha a ver com os recursos humanos da instituição, serem remodelados por forma a garantir não apenas uma qualidade que seria necessária, mas pelo menos a segurança necessária ao exercício das funções que uma IPSS devia ter, fosse nos meios móveis, fosse nas instalações físicas.-----

----- Disse que também tinha sido uma surpresa enorme e não conseguiam compreender como é que acontecia a entidade que tinha a tutela administrativa sobre uma instituição, porque eram respostas sociais financiadas com acordos de financiamento, permitia que não houvesse apresentação de contas desde 2015. Achava isto impensável e não conseguia perceber como é que isto acontecia. Acrescentou que também não conhecia a legislação nesta matéria em concreto, mas uma coisa garantia, que o Município, se tivesse estes acordos, teria de garantir que não havia dívidas à segurança social e que exista a apresentação de contas, no mínimo, se houvesse dúvidas na aplicação dos dinheiros públicos, portanto, era incompreensível e não conseguia perceber como é que isto acontecia, e, neste momento, o que a entidade estava a fazer era meramente paliativos para manter, a balão de oxigénio, a Casa do Povo a sobreviver. Não a viver, mas a sobreviver com a ajuda dos funcionários, que não sabiam se no próximo mês teriam ou não condições para ter a remuneração, com a ajuda também não só do Município, mas

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

das instituições vizinhas para o fornecimento das refeições necessárias para manter a sobreviver toda a resposta social para idosos e infância. -----

-----Disse que neste momento, considerava fundamental a necessidade de terem todos presente um levantamento, que não tinha de ser nem mais nem menos exaustivo, da real situação económico-financeira da Casa do Povo. Referiu que a perceção que tinha sobre aquilo que a Vice-Presidente da CM ia transmitindo, era que com certeza não havia condições, por aquilo que sabia do histórico recente deste mês e meio, de os atuais dirigentes terem condições de trabalhar nesse sentido, com o Município, com a Segurança Social, com os trabalhadores e com os pais. Portanto, havia uma situação emergente neste momento, que era haver condições do ponto de vista dos associados ou da Assembleia Geral, porque, em rigor, não conhecendo o próprio estatuto minuciosamente da Casa do Povo, garantidamente que em qualquer registo, numa demissão ou destituição dos órgãos do órgão social, neste caso, da direção, a assunção da responsabilidade, mesmo não houvesse uma comissão administrativa, tinha de passar pela Assembleia Geral, que era o que constava do Código Civil. Neste sentido, havia claramente essa necessidade, por muito provisório que fosse, para que todos tivessem consciência clara da situação económico-financeira e a partir dessa situação, poderiam trabalhar no que seria o modelo de sustentabilidade da Casa do Povo e até modelos de possibilidade de participação do Município. Acrescentou que sabia que haveria uma assembleia geral na próxima semana, na terça-feira, e esta questão tinha de ficar, salvo melhor opinião, resolvida. -----

-----Referiu também que já tinham abordado esta matéria com a Segurança Social e que se fosse esta a iniciar um processo de destituição, demoraria uma eternidade. Se fossem os associados, era a única forma que tinham neste momento de poder, com estes, também encontrar esta solução de perceber efetivamente os problemas reais e atuais, esquecendo o que estava para trás, porque sobre isso já não havia nada a fazer, mas olhar para o futuro da Casa do Povo. Disse que o Município, como tinha feito também noutras instituições, não podia “injetar” meios públicos numa instituição assim, só porque “injetava”. Isso era impossível, fosse na Casa do Povo ou noutra qualquer, mas podiam ser encontradas soluções com base nessa avaliação económico-financeira, que seria, por exemplo, ter funcionários que podiam estar a desempenhar algumas funções que a Câmara necessitava e esta fazer um protocolo com a Casa do Povo, por forma a garantir, provavelmente, aquele posto de trabalho e mais algum meio financeiro de subsistência que permitisse alguma garantia de regularidade de financiamento da entidade. Também podia, por exemplo, tendo a Casa do Povo viaturas próprias para poder efetuar alguns transportes e eventualmente até profissionais que pudessem fazer percursos de risco, que a CM tinha de

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

fazer muitas vezes com recurso aos transportes municipais, protocolar-se com a Casa do Povo para fazerem esse mesmo transporte, garantindo novamente aqui uma vantagem para as duas partes. Isso era possível e não era nada que não se tivesse feito já com a Casa do Povo, também noutras circunstâncias, nomeadamente com a Componente de Apoio à Família e as Atividades de Apoio à Família, já num passado não muito distante. -----

-----Disse que o acompanhamento vinha sendo feito com a Segurança Social também, e o importante era que conseguissem ter, nem que fosse numa perspetiva muito provisória, a capacidade de encontrar meios para ter acesso à informação que era necessária para perceberem o estado da arte da Casa do Povo de Sesimbra, se não, estariam a fazer paliativos todos os dias e no dia seguinte acima do paliativo anterior, e não sabiam até que ponto iriam conseguir manter estes paliativos.-----

-----Disse que, relativamente ao apelo feito pelos cidadãos, tinham obviamente respaldo do lado da CM, disponibilidade e intenção de manter esta casa aberta, até porque fazia falta do ponto de vista de respostas sociais. Como já se sabia, havia carência, neste momento, de respostas ao nível da infância e não se justificava até a Casa do Povo só ter aquele número de crianças porque havia listas de espera noutras instituições e, portanto, as respostas não estavam a ser dadas. As respostas para idosos, como sabiam, não eram suficientes as que havia neste momento e fazia falta a que existia na Casa do Povo, portanto, teriam de “agarrar” a Casa do Povo, e, com total abertura para todos, para os trabalhadores, para a comissão administrativa e para a comissão provisória, fazer um “raio x” sobre o estado da arte da instituição e fazer um planeamento a curto, médio e longo prazo para a sustentabilidade da instituição.-----

----- De seguida, foi cedida a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Vereadora Felicia Costa**, que cumprimentou todos os presentes e disse que o Presidente tinha feito o relato quase completo da situação da Casa do Povo, que não era desconhecida para nenhum dos presentes que haviam colocado esta questão, até porque vinham sendo transmitidas com regularidade todas as informações que iam colhendo via segurança Social. -----

-----Referiu que, na verdade, quando esta situação lhes tinha sido colocada em janeiro, não tinha ainda sido colocada anteriormente pela direção, num pedido de ajuda. Lembrou que a Casa do Povo fazia parte do Conselho local da Ação social, que faziam em conjunto de outras IPSS's, e nunca, no âmbito desse fórum, onde estava a Segurança Social, para além de todos os outros parceiros e todas as entidades públicas que poderiam de uma forma ou outra, contribuir para soluções em relação a estes problemas, havia reportado nas reuniões qualquer situação de maior perigo. Obviamente colocava as questões de sustentabilidade daquela IPSS, como colocavam todas. Também sabiam que muitas vezes os acordos da

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Segurança Social com estas IPSS não eram suficientes para garantir a sua sustentabilidade financeira na totalidade e, portanto, esta questão era recorrente, mas nunca para além de uma situação de alguma forma de normalidade em relação ao sentimento de todas as outras IPSS. Portanto, esta situação com este caráter de urgência e gravidade tinha sido trazido pelas funcionárias no mês de janeiro, quando não tinham sido pagos os vencimentos de dezembro. -----

-----Referiu que na altura, tinham tido a possibilidade de falar logo com a Segurança Social. Acrescentou que praticamente todos os dias, ou se não todos os dias, havia conversas entre a Câmara e a Segurança Social com reuniões praticamente semanais para tentar encontrar soluções, e aquilo que tinha sido dito pela Segurança Social em Janeiro, era que, na verdade, a Casa do Povo tinha uma dívida ao Estado, de cerca de 300.000,00€ em termos da Autoridade Tributária e também de contribuições para a Segurança Social em falta, que tinha levado ao congelamento das contas da Casa do Povo, porque teria sido feito um primeiro plano de pagamentos que não tinha sido cumprido pela Direção, tendo o Instituto de Gestão Financeira (IGF) da Segurança Social congelado as contas. -----

----- Disse que quando esta situação tinha sido trazida ao conhecimento da Câmara Municipal, a Casa do Povo tinha na sua conta 156,00, estando todo o resto congelado. Qualquer dinheiro que entrasse, fosse das contribuições dos pais, fosse de contribuições da própria Segurança Social por via dos acordos ou até de algum apoio financeiro com base num protocolo ou acordo que pudesse ser feito entre a Câmara e a Casa do Povo, seria automaticamente congelado, e, portanto, não iria resultar nem para pagar os vencimentos nem para pagar a fornecedores. -----

-----Disse que tinha tido a primeira reunião com a Diretora logo a seguir a essa reunião com as trabalhadoras, e aquilo que tinham visto com a Diretora era a possibilidade de se fazer um novo plano de pagamentos ao Instituto de Gestão Financeira, que permitisse descongelar as contas. Esse segundo plano de pagamentos tinha sido feito pelo Senhor Florival, sendo que, com esse segundo plano de pagamentos e com o pagamento da primeira prestação deste plano de pagamentos, a Segurança Social tinha tentado, junto do IGF, fazer com que as contas fossem descongeladas. Acrescentou que tinham de ver se o plano de pagamentos continuava a ser cumprido, porque se não fosse cumprido, IGF voltaria a congelar as contas. -----

-----Referiu que os 56.000,00€ que estavam na conta da Casa do Povo das contribuições dos acordos da Segurança Social tinha sido retirado automaticamente pelo IGF indevidamente, porque, na verdade, havendo já um segundo plano de pagamentos e sendo cumprido, porque a primeira prestação tinha sido paga e o serviço de dívida era de 1.900,00€, no máximo, o IGF deveria ter ido buscar os 1.900,00€ e não

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

os 56.000,00€. Assim, tinha sido a reposição desta situação que a Câmara, juntamente com a Segurança Social, junto do IGF, tinha tentado que fosse resolvida. Finalmente tinham resolvido a situação, mas tinha demorado muito tempo, porque nas reuniões iam transmitindo a informação de que na semana seguinte a situação estaria resolvida, mas, afinal, na semana seguinte não estava. Só agora, na terça-feira de Carnaval, é que finalmente tinham resolvido esta questão apesar de desde o final de janeiro, a informação que iam obtendo era que a situação estava para ser resolvida muito rapidamente. Portanto, a conta estava desbloqueada e os 56.000,00€ que o IGF tinha retirado indevidamente haviam sido repostos, tendo sido pagos os salários do mês de dezembro e do mês de janeiro. Acontecia agora uma outra questão que preocupava a própria, para além das outras questões que eram mais estruturantes, mas apenas sobre o pagamento de salários aos funcionários, que era o facto da Segurança Social ter feito neste mês de fevereiro, a transferência da verba correspondente ao acordo e ao número de utentes que, de acordo com aquilo tinha sido dito pela Segurança Social, andava na ordem dos 21.00,00€/ 23.000,00€ mensais, dependendo do número de utentes que em cada mês estava a frequentar a instituição. Como tinham sido pagos no mês de dezembro e no mês de janeiro os tais 56.000,00€, tendo a verba sido superior àquela que deveria ter sido paga porque não tinham sido feitos os acertos nestes dois meses, a Segurança Social no mês de fevereiro tinha retirado as verbas que tinha pagado a mais no mês de dezembro e janeiro, o que significava que este mês a casa do povo só tinha recebido 9.000,00€ que era insuficiente para pagar os salários do mês de fevereiro. -----

-----Referiu que, de acordo com a sua perceção e de acordo com o que tinha sido transmitido, a Segurança Social não tinha base legal para retirar mais do que 25% quando havia acertos a fazer. Assim, a fazer as contas de 9.000,00€ num total de 23.000,00€, rondava praticamente os 50%. Portanto, a Segurança Social tinha retirado neste acerto de contas mais dinheiro do que devia ter retirado ao nível das transferências que havia feito no mês de fevereiro, o que também não ajudava nada a poder garantir, sobretudo, o equilíbrio em termos dos pagamentos dos funcionários que todos queriam que fossem resolvidos até para que os funcionários não começassem a debandar procurando outras soluções. Esse era também um perigo porque à medida que esta situação se começava a avolumar e todas estas questões começavam a vir a público, o que ia acontecer era que muitas famílias começariam a procurar respostas sociais noutras instituições, e à medida que essas famílias ou esses utentes fossem abandonando a instituição à procura de respostas noutras, agravaria mais a situação de precariedade financeira em que já estava a Casa do Povo, sendo que, com menos utentes, os acordos com a Segurança Social diminuía e muito dificilmente voltavam a ser repostos. Explicou que, quando um acordo em

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

termos de comparticipações da segurança social era por ter menos utentes, para repor novamente, mesmo com a entrada de novos utentes, não era tão fácil.-----

----- Disse que, nessa reunião em Setúbal, na Sede da Segurança Social, tinha aparecido o Senhor Florival e mais 4 senhoras que haviam afirmado ser da Direção, nomeadamente, a Tesoureira, Secretárias e Vogal. Nessa reunião, quer a Segurança Social quer a Câmara Municipal tinham pedido afirmando que não poderiam perspetivar qualquer solução ou qualquer acordo ou qualquer parceria com aquela instituição ou com outra qualquer se não soubessem exatamente que contas estavam a ser feitas e qual era o estado da arte e de que situação podiam estar a falar, ao que o senhor Florival, a estas questões, havia respondido que não se tinha preparado para apresentar contas. Acrescentou que, nessa reunião, tinham ficado a saber que desde 2015 não eram publicadas as contas da Casa do Povo, ao contrário daquilo que era obrigatório, que era a publicação anual do relatório de contas da IPSS, que obrigaria ou que sustentaria também as transferências dos acordos da Segurança Social. Apesar de não terem sido publicadas, a Segurança Social tinha continuado durante 8 anos a transferir as verbas para a Casa do Povo. -- -----

-----Referiu que o que tinha sido dito pela Direção nessa reunião, em números grosseiros, apresentados na mesa, sem qualquer respaldo em termos de papéis ou documentos que o comprovassem, era que, neste momento, a Casa do Povo tinha despesas mensais na ordem dos 60.000,00€, entre fornecedores, pagamentos a funcionários, seguros, entre outros, e tinha como verba garantida cerca de 25.000,00€. Portanto, tinha um défice acumulado de mês para mês de mais de 25.000,00€. Segundo também a direção, as receitas vinham sobretudo das transferências da Segurança Social, que rondavam entre os 21.000,00€ e os 23.000,00€, tendo sido este mês 9.000,00€, também os pagamentos dos utentes que rondaria, segundo a Direção, cerca de 12.000,00€, e também da verba do Ministério da Educação em relação à parte do Jardim de infância. Portanto, com este défice acumulado entre a receita e a despesa, estavam a falar de um défice acumulado que de mês para mês seria cerca de 25.000,00€, o que rondaria, num ano, quase 300.000,00€ de défice acumulado. -----

-----Disse que esta era uma situação insustentável e que não havia nenhuma entidade e nenhuma organização que pudesse sobreviver com esta contabilidade e, portanto, era urgente efetivamente encontrar uma solução. -----

-----Referiu que, da parte da Segurança Social, tinha sido dito que dificilmente os utentes que estavam neste momento na Casa do Povo encontrariam soluções ou respostas no Concelho porque não havia respostas para creche. Haveria respostas ao nível do Jardim de infância dentro da rede pública e

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

obviamente que teriam de ter condições em termos de municipais, de reforçar a oferta de rede pública para Jardim de infância, mas não para creche, e havia uma lista de espera enorme para creche e muito menos havia resposta para apoio domiciliário. Haveria até a resposta para o Centro de Dia, sendo que alguns dos utentes da Casa do Povo que estavam em centro de dia poderiam ser recebidos por outras IPSSS, mas ao nível do apoio domiciliário, não havia possibilidade de poder distribuir os utentes por outras IPSS que não tinham também, neste momento, possibilidade de receber mais utentes.-----

-----Disse que, no fundo, ninguém queria que fossem redistribuídos utentes. O que todos queriam era que a Casa do Povo continuasse a ser a IPSS que todos se haviam habituado a conhecer e que durante 50 anos havia albergado gerações de sesimbrenses. Agora, para que a Casa do Povo fosse efetivamente salva, precisavam de duas coisas, em primeiro lugar, uma nova Direção ou uma equipa de gestão que pudesse de alguma forma ter mais credibilidade junto da Segurança Social, junto da Autarquia e junto dos organismos que podiam apoiar, encontrar uma saída em termos financeiros que teria de passar, entre outras coisas, também por um plano de socorro social acionado pela Segurança Social, coisa que neste momento era impossível fazer por dois motivos: Em primeiro lugar, porque não havia contas apresentadas, e em segundo lugar porque havia dívidas a fornecedores e dívidas a trabalhadores que impediriam que pudesse ser acionado um fundo de socorro social.-----

-----Disse haver alguns caminhos que eram precisos e eram possíveis de percorrer. Havia a possibilidade de poderem, em parceria com a Câmara e com as respostas que a Câmara poderia dar e que já tinham sido, de alguma forma, ventiladas pelo Presidente, mas haveria outras possibilidades, como já haviam feito no passado para outras IPSS's e outras instituições. Com o Fundo de Socorro Social que a Segurança Social podia acionar, havia a possibilidade de conseguirem transformar a Casa do Povo numa casa que tivesse, pelo menos, as contas sanadas em termos daquilo que era o seu dever e o haver. -----

-----Disse também que havia algumas questões que a preocupavam para além disto, uma delas era a dívida acumulada dos 300.000,00€, que no fundo estava num plano de pagamento, mas também de acordo com a informação que haviam obtido, esse serviço de dívida era de cerca de 1.900,00€ por mês, portanto, acabaria por não ser nada que não se pudesse pagar desde que se encontrassem outras fontes de receitas. Mas, depois, preocupava as condições físicas da própria instituição, porque a Casa do Povo tinha neste momento a cozinha encerrada e era por isso que estavam a transferir as refeições. Primeiramente, porque não havia dinheiro sequer para ir comprar os géneros alimentares para confeccionar e distribuir quer pela infância, quer pelos idosos, mas porque as próprias condições e as próprias instalações físicas da Casa do Povo, quer ao nível da cozinha, quer ao nível de outras áreas,

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

estava neste momento num estado preocupante. Aquilo que estava melhor era mesmo a parte da infância. Sabiam que ao nível das viaturas as coisas também não estavam bem e ao nível das instalações, estavam longe de estar bem e, portanto, o saneamento financeiro da Casa do Povo não passava só por acertar as contas entre as receitas e as despesas, mas passava também por uma intervenção profunda que tinha de requerer um investimento grande ao nível da reabilitação e da recuperação do imóvel. Para isso, a Câmara também era parceira, sendo que tinha um regulamento de apoio às IPSS para poder fazer obras, construção ou reconstrução.-----

-----Disse que o primeiro passo teria de ser dado no dia 28, na Assembleia Geral, com a destituição daquela direção e a assunção de uma nova direção ou de uma equipa de gestão que pudesse, junto da Segurança Social, junto da Autarquia, junto das entidades que, de uma forma ou outra, podiam e deviam ser envolvidas, resolver este problema, mas que tivesse no fundo legitimidade para poder começar a trabalhar num plano de saneamento financeiro daquela IPSS. Acrescentou que o dia 28 seria um dia vital para que os sócios pudessem, no fundo, tomar os destinos daquela casa. -----

-----Disse ainda que sabia que não era fácil porque os sócios eram poucos e este era um outro problema que a Casa do Povo tinha e que era uma coisa *sui generis*. Neste momento, os associados eram as crianças e as crianças só por si não votavam. Referiu que, curiosamente, aquilo que lhe tinha sido dito era que a última Assembleia Geral que havia ocorrido em 2018, até com uma ordem de trabalhos pesada em termos daquilo que envolvia a Casa do Povo e o seu futuro, nomeadamente ao nível de hipotecas de terrenos, tinha tido a participação de 3 sócios e, portanto, não podia haver uma Assembleia Geral para discutir coisas tão importantes com a participação de 3 sócios. Neste sentido, aquilo que lhe parecia era que sendo os sócios apenas as crianças e tendo esta direção nos últimos anos recusado a entrada de novos sócios, tinham de perceber como é que os estatutos permitiam ou possibilitavam a ultrapassagem desta questão. Acrescentou que, não era jurista, mas julgava que, em termos jurídicos, também poderiam ter algum apoio para perceber como é que, não sendo sócios e havendo poucos sócios e se a Direção não se quisesse demitir, como é que poderia esta Assembleia Geral contornar esta questão.-----

-----Por fim, disse que ainda hoje tinha falado com o senhor Florival e a intenção que este havia transmitido era de abandonar a Casa do Povo durante o mês de março. Portanto, tinham de ver como é que decorria a Assembleia, sendo que de qualquer forma estariam aqui como tinham estado sempre para convosco e com a Segurança Social poder ir encontrando os caminhos necessários em cada momento para ir resolvendo esta questão. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que começou por cumprimentar todos os presentes e o público que estivesse a assistir em casa. Referiu que não era normal, infelizmente, a presença de Múncipes nestas assembleias, mas os assuntos acabavam por justificar, e não queria deixar de agradecer o facto de trazerem até à AM estas preocupações e estes acontecimentos, porque de outra forma, se calhar teriam, pelo menos alguns, alguma dificuldade em ter a clara perceção do que é que se estava a passar, e, pela importância, não podia deixar de fazer algumas considerações, começando pela ordem em que os assuntos tinham sido apresentados. -----

-----Sobre a Casa do Povo, disse que, infelizmente, com as devidas diferenças, este tipo de acontecimentos ou problemas com algumas instituições do Concelho e de outros, acabavam por suceder, e agradeceu as palavras que o executivo já havia transmitido no sentido de, dentro das possibilidades legais, tentar apoiar aquilo que pudesse conduzir à subsistência da Casa do Povo, e, obviamente, à manutenção dos postos de trabalho e à manutenção de todo o serviço prestado à Comunidade ao longo de todos estes anos pela Casa do Povo. Mas, se lhe permitissem a validade de deixar aqui algum concelho ou reforço do que já tinha sido dito, neste momento, e perante o cenário dantesco que tinha sido apresentado, quer pelas intervenções da representante dos pais e da representante das funcionárias, mas também pelo que tinha sido acrescentado pelo Senhor Presidente e muito particularmente pela Senhora vereadora, realmente, os problemas eram tantos, que era difícil começar por enunciar onde é que se começavam a resolver, mas achava que tinha de se começar por algum lado, e o ponto primeiro era mesmo perceber qual era o real estado da instituição até em termos financeiros, porque agora não valia a pena estar a apurar culpas sobre como as coisas tinham vindo a acontecer sem haver os alertas suficientes para chegar ao ponto em que estava, mas a verdade era que neste momento, nem sequer se sabia. Acreditava que nem aqueles que intervieram e os próprios funcionários, sabiam o ponto em que estava instituição para que se pudesse traçar um plano que conduzissem à melhoria das condições e à sua sobrevivência, porque acreditava que era isso que estava em causa, a sobrevivência da instituição, dos postos de trabalho e de encontrar as respostas para os idosos e para as crianças. -----

-----Disse que, dentro das competências da Assembleia, até porque as questões eram tantas, pelo menos do próprio e admitia que todos os colegas deputados também as teriam, faria algum sentido quando existisse alguma clarificação do que é que iria acontecer daqui para a frente. Assim, na sequência desta Assembleia, e existindo a Comissão Sociocultural da Assembleia, teria todo o interesse de a poder ter uma reunião para aferir e tentar de alguma forma colaborar para encontrar soluções. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Por fim, disse que o mais importante neste momento era que conseguissem encontrar alguma forma de união entre funcionários e pais no sentido de tomarem em mãos os destinos da IPSS para perceberem o real estado da arte e o que é que podia ser feito para conseguirem, pelo menos, estancar ou ter uma real imagem do que é que estava a acontecer. -----

-----Relativamente às intervenções dos outros dois municípios sobre o Carnaval, disse que as pessoas que tinham tido a oportunidade de participar, tinham sentido um pouco aquilo que foi dito, quer pela Senhora Patrícia, quer pelo Senhor Nuno.-----

----- Referiu que, faria um relato, embora houvesse aqui pessoas que se calhar tinham começado a participar no Carnaval até antes do próprio, mas o Carnaval de Sesimbra, sempre tinha tido alguns focos de insegurança com uma diferença, era que a comemoração do Carnaval à noite era feita sobretudo em recintos fechados onde se conseguia ser mais ou menos segregado. Mas, na sua infância, havia presenciado “touradas” de todo o tamanho no ginásio ou noutros sítios onde aconteciam eventos. O que achava que estava na génese, tinha a ver um bocadinho com a evolução dos tempos, mas também com outra coisa que, na sua opinião, era culpa de todos os intervenientes e também da autarquia, em certa medida, que passava pela não definição de uma estratégia para aquilo que se queria para o Carnaval de Sesimbra, fora de desfiles.-----

-----Disse que aquilo que tinha acontecido este ano não era facto único, ou seja, era um crescendo de acontecimentos que se vinham gerando ao longo dos anos e que tinha diversas razões. Uma delas, acreditava que muito tinha a ver com essa ausência de estratégia, mas a consubstanciação disso tinha a ver com algumas coisas que tinha vindo a ocorrer nos últimos 10 anos, onde todos tinham vindo a assistir ao definhar do Carnaval tradicional à noite, dos grupos mascarados e dos grupos de famílias que iam às sociedades, as sociedades que tinham terminado, os meios para fazer os bailes que tinham deixado de acontecer. Em paralelo, o Carnaval havia-se transferido para as ruas, sendo que o controlo nas ruas era diferente do controlo interno. Acrescentou que, quando referiu que aconteciam focos de violência, estes eram mais concentrados ou mais visíveis e fáceis de controlar porque eram em recintos fechados e achava que essa falta de estratégia havia conduzido ao local e ao sítio onde estavam hoje, e isso tinha muito a ver com uma determinada conceção, que em determinado momento já tinha sido o Carnaval de todo o ano, mas que tinha a ver com o balanço que tinha de ser feito entre a qualidade e a quantidade. Tinham de ter a noção daquilo que queriam, e aquilo que o Senhor Presidente da CM dizia com toda a razão, era que em todas as coisas existia uma determinada capacidade de carga e a verdade era que depois o controlo era mais difícil de ter quando não exerciam nenhum controlo sobre essa capacidade de

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

carga e a ultrapassavam, sendo depois ultrapassados pelos acontecimentos porque não conseguiam ter mão neles. -----

-----A última nota que queria deixar, era dizer que havia uma reflexão a fazer com base no que havia acontecido, obviamente, mas com uma definição clara daquilo a que chamava uma estratégia, que era o que queriam para o Carnaval de Sesimbra à noite. Disse que tinha feito aqui algumas críticas muito diretas ao que vinha sendo a atividade do Executivo, porque tinha participação direta nisto, mas não se podia esperar que também fosse a autarquia a decidir tudo, porque a verdade era que o Carnaval era importante para a comunidade Sesimbrense, culturalmente era importante ao longo dos últimos tempos, mas também era importante para a atividade económica, para a atividade turística e a verdade era que a participação desses agentes também devia ser mais ativa, não só em participação monetária, mas estas coisas, obviamente, para que acontecessem da forma que todos pretendiam e para que tivesse efeitos, tinha de haver um investimento que não podia ser só público. Havia quem retirasse daí dividendos e que também tinha de ter uma participação ativa de todas as formas.-----

-----Concluiu dizendo que estas eram as considerações que queria deixar e achava que a nota final sobre esta questão tinha tudo a ver com o terem de definir o que é que queriam, e, depois, em função disso, tomar as medidas, senão as coisas fugiam das mãos e era esse o problema.-----

-----Foi solicitado o uso da palavra pelo **Deputado Rui Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e referiu que tinham sido aqui abordadas duas questões, a questão da Casa do Povo e a questão do Carnaval. Sobre o Carnaval, disse que este tema “caia” um pouco sobre aquilo que era a Atividade Municipal e que no próximo dia 3 de março iriam ter uma sessão da Assembleia Municipal, onde achava que se poderiam focar nesse tema em vez de estarem hoje a discuti-lo, e, se calhar, atempadamente, até poderiam refletir mais sobre o que tinha sido dito, mas concordavam com as opiniões que tinham sido dadas pelos dois cidadãos sobre Carnaval.-----

-----Relativamente à questão da Casa do Povo, disse que, em primeiro lugar, queria demonstrar solidariedade da Bancada da CDU com todos os trabalhadores e utentes da Casa do Povo. Mas, paralelamente, mostrar uma grande perplexidade sobre aquilo que tinha sido relatado quer pelos funcionários, quer pelos pais, quer pelo próprio Presidente da Câmara, quer pela Vereadora.-----

-----Perguntou como é era possível numa instituição que obrigatoriamente tinha de apresentar o relatório e contas anualmente à Segurança Social, tinha de apresentar um plano de atividades e orçamento todos os anos aos sócios, durante estes anos todos tal não ter acontecido. Isso era algo que o deixava admirado, era algo que supunha que nunca pudesse acontecer numa Instituição, numa IPSS,

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

porque tinha responsabilidades perante a Segurança Social, mas a segurança social também tinha responsabilidades perante essa IPSS's. -----

-----Disse que já tinham ouvido o Presidente da Câmara e a Senhora Vereadora, e pelo que tinha percebido, a instituição iria ter uma Assembleia Geral em breve e não sabia se os funcionários eram sócios da instituição e as crianças não tinham direito a votar porque só se podia votar a partir dos 18 anos. Também não sabia quantos associados tinha a instituição e ninguém sabia dizer. Neste sentido, aquilo que o próprio sugeria, por experiência própria, porque paralelamente, era Presidente de uma Assembleia Geral de uma IPSS do Concelho de Sesimbra, era que, se não estivesse na ordem de trabalhos a destituição da Direção, que conseguissem reunir o maior número de sócios para estarem presentes na Assembleia Geral e impor à Mesa da Assembleia Geral esse ponto na ordem de trabalhos que era destituição da Direção dos órgãos sociais da instituição e a marcação de eleições, e enquanto essas eleições não fossem marcadas, que elegessem uma comissão administrativa, porque só assim poderia haver uma solução viável para esta instituição. Acrescentou que, um sócio tinha toda a legitimidade para solicitar junto da Mesa da Assembleia Geral a lista de associados, porque eram obrigados a dar, mas se nem isso se sabia, era estranho, mas sugeria que fizessem essa tentativa. -----

-----Relativamente à sugestão do Deputado Carlos Macedo em que houvesse uma reunião com a Comissão 3 para avaliar a situação, da qual o próprio era coordenador, disse que estavam disponíveis para isso, mas a Assembleia Municipal pouco ou mais podia fazer do que mostrar solidariedade, apoio e tentar arranjar soluções, porque do ponto de vista logístico pouco mais podia fazer. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias** que cumprimentou todos os presentes e disse ser sempre de salutar que no funcionamento da Assembleia pudessem ter estas posições sobre as preocupações dos nossos cidadãos, dos nossos vizinhos e dos nossos amigos, para, de facto, poderem estar em alerta e ajudar a resolver os problemas que eram seus também e que quando afetavam a comunidade, afetavam todo o Concelho. Portanto, acima de tudo, gostavam de deixar total solidariedade para o processo que estavam a viver, fosse para as famílias, fosse para os trabalhadores, e dizer que o facto do tema ser exposto aqui nesta Assembleia e sendo esta Assembleia constituída por um conjunto de grupos políticos, não tinham a mínima intenção de politizar minimamente este tema. Achava que estavam todos aqui num espírito de, de certa forma, com aquilo fosse possível, cada um nas suas funções, poder dar uma ajuda e o apoio para a resolução deste problema. -----

-----Disse que era um problema complexo e que preocupava, de certa forma, como é que ao longo dos anos a situação se tinha vindo a arrastar. Referiu que sabiam que havia várias IPSS e várias

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

instituições no Concelho que prestavam este tipo de serviços e viviam com mais ou menos dificuldades, uns anos melhor, outros anos pior, mas iam tentando sobreviver com as dificuldades. Mas, a situação com que se deparavam hoje, vinha trazer um forte impacto às pessoas e aos utentes, e achavam que esta Assembleia, apesar de os meios não serem muitos, pelo menos tinha a capacidade de poder amplificar as suas preocupações, fosse através de documentos ou tomadas de posição que podiam tomar aqui e fazer chegar às instituições que depois também podiam ajudar a desbloquear o problema. -----

-----Pensava que havia total disponibilidade para fazer esse trabalho que também tinha sido aqui demonstrado. Diria que havia todo o interesse da Assembleia e, face à transversalidade do problema, porque estavam a falar de um problema social, mas também de um problema financeiro de várias ordens, diria que até deveria ser a própria Comissão de líderes a acompanhar regularmente este problema e constituir alguma periodicidade em que pudessem reunir para ir acompanhando como é que a situação estava a evoluir. -----

-----Disse que tinham percebido que, do ponto de vista do Executivo da Câmara Municipal, existia também abertura para encontrar alguns instrumentos logo que fosse necessário e que se conseguisse tirar uma radiografia sobre o que existia atualmente, e pensava que, de certa forma, era importante haver uma auditoria forense às contas da instituição para se perceber exatamente quem eram os credores, a quem é que devia, quais eram os compromissos que estavam por cumprir, e, com base nisso, depois, como tinha sido referido, poder encontrar as soluções. -----

-----Por isso, do ponto de vista do Partido Socialista, estariam disponíveis para apoiar aquilo que fosse as soluções que a Câmara Municipal pudesse encontrar com mais ou menos imaginação para poder dar este apoio, para que esta esta instituição pudesse voltar a um caminho de sustentabilidade e dar o apoio à população que vinha dando ao longo dos anos e que continuava a ser tão necessário. Acrescentou que, iriam querer acompanhar o processo e também poder, naquilo que era a sua capacidade de influência, poder fazê-lo. -----

-----Sobre o Tema do Carnaval, disse que também era um problema que vinha ganhando escala ao longo dos anos. Referiu que hoje traziam aqui um documento que podia ajudar a ser uma solução que havia de ser apresentado depois, no PAOD, sendo que, uma vez que o Carnaval também era um tema que se relacionava com o turismo, iriam apresentar uma recomendação para a constituição do Conselho Municipal de Turismo que poderia vir a ser o fórum onde os vários agentes de turismo poderiam preparar antecipadamente as respostas a dar a este acontecimento, que infelizmente ia sendo marcado menos



Assembleia Municipal de Sesimbra

positivamente. Mas, face ao que tinha sido aqui exposto hoje, deixaria esse tema para depois para o PAOD. - -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que cumprimentou todos os presentes e todos aqueles acompanhavam a sessão desde casa, e, relativamente à questão da Casa do Povo, disse que era uma questão sobre a qual pensava que todos os órgãos autárquicos, fossem executivos ou assembleias, deviam acompanhar, porque não era um problema de uma instituição, mas um problema de uma comunidade e que tinha reflexos não só nos utentes, como em toda a comunidade que estava à sua volta. -- -----

-----Chamou a atenção para o facto de que muitas vezes se queixavam aqui de que havia poucas pessoas a assistir e que as pessoas não acompanhavam os trabalhos, quer da Câmara quer da Assembleia, quer das assembleias das IPSS, das associações, entre outros, mas as pessoas atualmente tinham mudado e as coisas resolviam-se por si próprias. Isto queria dizer que as instituições viviam um bocado por si próprias e quando davam por isso, tinham 3 ou 4 pessoas que eram a instituição e controlavam a instituição, fazendo o que queriam, e quando chegavam a uma determinada altura, tinham um buraco, e esse buraco depois era muito difícil de solucionar e muito difícil de ultrapassar, mas porque também tinha havido muita gente que em determinada altura não tinha intervindo quando devia e tinha deixado que as coisas andassem. Acrescentou que, resolviam os problemas, davam a assistência necessária, e depois havia 2 ou 3 pessoas a controlar as coisas e o buraco estava lá e ninguém o via, mas era cavado todos os dias. -----

-----Disse que as responsabilidades teriam de procuradas nos sítios próprios. Não valia a pena estarem aqui a conjecturar sobre estas questões. Tinham de pensar era que estavam perante uma situação muito complicada, até do ponto de vista estatutário havia coisas que não entendia, por exemplo, como é que os sócios eram crianças. Perguntou como é que era possível numa instituição que tinha os estatutos, que os sócios fossem crianças menores. Referiu que isto não fazia o mínimo sentido e que, para já, a questão da Segurança Social deveria começar logo por aí e saber que estatutos eram estes e quantos votos tinha o berçário, sendo que não fazia sentido e, portanto, logo à partida, as coisas estavam a correr mal. Mas não interessava porque neste momento tinham era de resolver este problema, que não seria fácil. O dinheiro até podia haver, mas o dinheiro atualmente não saía como queriam, não aparecia como queriam e não podia ser entregue como gostariam que fosse para tapar o “buraco”. -----

-----Disse também que quilo que pedia era que esta Assembleia fosse acompanhando este problema referiu que segundo tinha ouvido dizer, na terça-feira haveria uma Assembleia geral, e a Assembleia

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Municipal teria uma sessão na sexta-feira, portanto, pelo menos solicitava que houvesse algum *feedback* à Assembleia Municipal relativamente ao que ocorresse na Assembleia Geral, o que é que tinha sido resolvido e quais eram os passos que se podiam ou não dar relativamente a isto. Acrescentou que, no conjunto, através de *brainstorming* relativamente a esta questão, iam ter de ajudar a resolver este problema. Era evidente que a Assembleia não tinha dinheiro para isso, mas tinha “massa cinzenta”, tinha contactos e uma série de coisas que poderiam eventualmente ajudar. -----

-----Disse que este era um problema que seguramente seria resolvido, mas era um bom alerta relativamente a todas as instituições de solidariedade social do Concelho e também outras instituições, porque não falavam só de IPSS's, sendo que existiam no Concelho outras instituições que de vez em quando apareciam com problemas. Portanto, se pertenciam às instituições e queriam que estas funcionassem, havia uma coisa importante, que era participar nelas porque estas existiam não só para usufruírem, mas para que se participasse delas e para estarem atentos relativamente àquilo que ia acontecendo. Era como na democracia, se não estivessem aqui na Assembleia Municipal a debater os problemas do Concelho e não houvesse a Câmara Municipal para ir gerindo o Concelho, não tinha volta a dar, queria dizer então que não valia a pena a democracia e entregava-se isto a uma pessoa qualquer que havia de ser resolvido. Mas, não era assim que as coisas funcionavam e, portanto, também tinham de olhar para aquilo que faziam e responsabilizarem-se muitas vezes relativamente ao que acontecia num sítio ou noutro, e ter o alerta relativamente ao futuro. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Castanho** que cumprimentou todos os presentes e a quem estava a assistir a partir de casa, e disse, sobre a questão da Casa do Povo, que se reviam em tudo aquilo que tinha sido dito aqui. Portanto, mostravam total solidariedade com a Casa do Povo e tinham de agradecer a coragem dos representantes, dos pais e dos alunos sobre a fotografia que tinham feito relativamente ao estado da instituição, que não era boa, antes pelo contrário, bem como os esclarecimentos prestados pela Câmara Municipal, que tinham sido prestados de uma forma muito clara e tinham transmitido praticamente tudo aquilo que era possível fazer neste momento. -----

-----Referiu que era uma situação estrutural, sendo que havia défices mensais, independentemente de tudo e estavam sempre a “cavar o buraco” sem nunca mais parar, e havia que estancar as coisas. Acrescentou que tudo isto era surreal, desde as crianças serem os associados e não haver a obrigatoriedade dos pais serem para ter lá os meninos, e não sabia como se iria processar a destituição, sendo que provavelmente teriam os apoios jurídicos, como já tinha sido dito, e teriam de arranjar forma de fazer isso, que seria o primeiro passo. -----

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Depois, aquilo que também já tinha sido reiterado aqui pelos os outros deputados municipais era que a AM devia acompanhar o processo, nesse sentido, solicitou que esta ação não se esgotasse aqui, e que dissessem o que iria acontecer no próximo dia 28 e depois as ações futuras para que, entre todos, na medida do possível, pudessem também auxiliar, nem que fosse com algumas ideias e com algumas ações concertadas, até porque os poderes estavam limitados como a própria Câmara Municipal havia referido, e a jurisdição sobre esta esfera estava perfeitamente limitada, mas deviam acompanhar o processo e pediam para que esta ação não se esgotasse aqui.-----

-----Solicitou o uso da palavra a **Deputada Madalena Serra** que cumprimentou todos os presentes e disse que iria, de forma muito breve, manter-se solidária com a Casa do Povo e disponibilizar-se para ajudar, juntamente com os restantes deputados, naquilo que fosse preciso.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da AMS** que informou que já tinham ultrapassado o tempo destinado ao PIAC, mas diria que a fragilidade dos temas e das pessoas levava a que se assumisse esse deslize no tempo, que se discutisse e que se debatesse estas matérias. -----

-----Referiu que tinham sido feitas intervenções por cada uma das 6 bancadas que compunham a Assembleia Municipal, sendo que o sentimento era unânime relativamente às 2 matérias que tinham sido aqui afloradas, e que, daquilo sabiam e que tinha sido dito por todos e era a mais pura das verdades, havia uma grande limitação também da Câmara Municipal, mas daquilo que era a ação da Assembleia Municipal. Mas, como tinha sido dito e reiterava aqui mais uma vez que, de facto, estavam solidários, estavam ao lado desta luta e queriam acompanhá-la. -----

-----Relativamente à importantíssima Assembleia Geral da Casa do Povo que se iria realizar no próximo dia 28, informou que iria haver a segunda reunião desta sessão da Assembleia Municipal no próximo dia 3 de março, sendo que em todas as reuniões havia este Período de Intervenção Aberta aos Cidadãos, fossem elas ordinárias, extraordinárias, primeiras reuniões ou segundas reuniões. Portanto, convidava os cidadãos a participar, se quisessem vir ou, caso não quisessem vir, a fazer chegar as informações. Estavam completamente à vontade para fazer da forma que entendessem, mas que ficasse claro que queriam continuar a acompanhar este problema, que, como tinha sido dito aqui pelo Deputado Carlos Oliveira, e muito bem, era um problema que não era de um IPSS, mas de uma comunidade que era onde todos estavam inseridos. -----

-----Sobre o assunto aqui aflorado pelo Senhor Nuno e pela Senhora Patrícia, disse que eram matérias que também lhes eram próximas, e todos se conheciam e sabiam que eram assuntos que lhes eram queridos. Também era uma matéria que a Assembleia Municipal queria acompanhar e estava disposta

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

naturalmente a participar na discussão e no debate da possível resolução ou pelo menos no caminho para essa resolução, que era aquilo que todos queriam. -----

-----Por fim, agradeceu a participação dos cidadãos e convidou-os a permanecer na sessão.-----

-----De seguida, cedeu a palavra ao **Presidente da CM** que referiu que tinha chegado agora uma informação e que não ficava bem se não a transmitisse, nomeadamente que a Assembleia Municipal de Setúbal havia aprovado também numa sessão que estava a decorrer hoje, o voto de pesar pelo falecimento do ex-Presidente Ezequiel Lino. -----

-----Relativamente ao tema do Carnaval, disse que não seria discutido aparentemente na próxima sexta-feira, porque não estava dentro da data da Atividade Municipal que seria discutida, sem prejuízo, obviamente, de ser discutida caso fosse entendimento da Assembleia Municipal.-----

-----Disse que não podia deixar de comentar relativamente às palavras do Deputado Carlos Macedo e da estratégia do Carnaval noturno, que reconhecia e não custava reconhecer que efetivamente nunca tinha havido uma abordagem, se quisesse chamar de definição estratégica, sobre o Carnaval noturno, era um facto, porque a definição estratégica tinha sido sobre o Carnaval diurno. Aliás, o Carnaval noturno sempre tinha tido um cariz informal. -----

-----Referiu que o Carnaval diurno, como o Deputado Carlos Macedo sabia, até porque tinha estado envolvido em diversos grupos informais, tinha tido um percurso, que podia dizer em todo abono de verdade, sendo mais ou menos estratégico, sempre em linha com as expetativas de uma profissionalização. Tinham passado de um Carnaval e de um desfile que era organizado pelos grupos informais com o apoio do Município para passar para um desfile organizado pelo Município com grupos informais, sendo que dois dos grupos, os Bigodes de Rato e a Tripa Cagueira tinham nascido da espontaneidade de um conjunto de elementos e, portanto, hoje, gostassem ou não, não dizia que era o melhor caminho, mas tinha sido o caminho preconizado com as escolas de samba e daí haver esta estratégia para o período diurno, que tinha sido aqui também referido que havia corrido bem. Não era possível um grupo informal participar como participava na sua geração mais jovem, nos desfiles de Carnaval.-----

-----Referiu que o período noturno sempre tinha tido este cariz informal e o próprio era do tempo em que o Ginásio, os Bombeiros, a Sociedade Musical Sesimbrense e o Refugio tinham 40% do espaço para o baile e os outros 60% eram ocupados por mesas, com as famílias inteiras. Depois também era do tempo em que tinham desaparecido as mesas das famílias inteiras com o marisco e com os salgados para ser só espaço de baile, e também era do tempo daqueles últimos que se calhar tinham utilizado os grandes

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

espaços noturnos do Carnaval, e sempre tinha havido esta informalidade, sendo que nunca o Município havia interferido se a coletividade A, B, C ou D fazia ou deixava de fazer nem efetivamente se corria melhor ou se corria pior. Também confessava, com muita frontalidade, que hoje a dimensão e o *engagement* daquilo que eram as notícias, eram completamente diferentes do que aquelas que haviam existido nos seus anos de teenager, em que se haviam encontrado pessoas à saída do ginásio falecidas na casa de banho com uma seringa espetada. Porque, se tivessem redes sociais com fotografias e órgãos de comunicação social no momento, seria doloroso, mas como dizia o Deputado Carlos, problemas sempre tinha havido. -----

----- Mas, de facto, hoje havia um problema que considerava ser genérico e toda a gente percebia, que era um sentimento de insegurança para famílias, contrariamente, por exemplo, ao desfile de palhaços, que era estratégico, e atrevia-se a dizer que era hoje um excelente momento de informalidade, mas bem definida, onde participavam famílias inteiras, gerações, dos mais pequeninos aos mais velhos, já com muita gente, era um facto, mas que decorria com toda a normalidade de alegria e com o espírito do Carnaval. O problema que tinham era o período noturno, onde havia cada vez menos mascarados e havia cada vez mais gente. -----

----- Disse que o problema estava identificado e achava que todos tinham o mesmo sentimento, quer pela participação, quer por aquilo que era a cultura, por aquilo que era a dimensão, por aquilo que era a projeção, por aquilo que era a marca, mas dizia com muita franqueza que nem toda a Comunidade tinha exatamente a mesma opinião, porque as indicações que tinham tido das forças de segurança muito corroboradas pelas escolas de samba, era que um dos motivos que levavam à concentração e à aglomeração de grupos potencialmente mais perigosos, era o facto de existir, em determinados locais, a passagem de música que não era música de Carnaval, propícia à atração de determinados grupos. Isto tinha sido transmitido e não tinha sido inventado pela Câmara. E, dizia com muita frontalidade, que esta questão tinha sido colocada também no período da passagem de ano, em que a Câmara Municipal e, portanto, admitindo aqui toda a responsabilidade unilateralmente, sem ouvir empresários, só as forças de segurança, tinha decidido não passar licenças de ruído para nenhum estabelecimento comercial. Acrescentou que não tinha sido agradável para todos e tinham tido imensas reclamações, mas a avaliação que tinham feito posteriormente era de que tinha corrido bem do ponto de vista de segurança e do ponto de vista de atratividade. Tinham tido imensas reclamações de jovens porque a música não era aquela que queriam ouvir e de estabelecimentos comerciais que estavam habituados a passar um determinado tipo de música e a ter uma determinada atratividade de grupos. -----

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----No Carnaval não tinham feito isto, mas tinham tido exatamente a mesma informação, de que havia determinados focos, sobretudo das marginais que, pela passagem de determinada música, eram indiciadores e propícios à atratividade de determinados grupos. Informou que o vereador tinha reunido previamente à reunião mais alargada com as escolas de samba, com as forças de segurança, onde tinham tido a indicação de que a Câmara deveria limitar todos os estabelecimentos comerciais até às 4 da manhã, portanto, “obrigar” a fechar às 4 da manhã por dois motivos: porque obrigaria a que a partir das 4 da manhã, segundo as forças de segurança, houvesse uma dispersão e, portanto, não haveria pessoas já com um estado de álcool e, quiçá, outras coisas mais, num período mais alargado, e que efetivamente o número de meios que tinham disponíveis também poderiam ser mais rentabilizados se a partir daquela hora pudesse ser mais fácil dispersar os participantes do Carnaval noturno. Depois, tinham uma discrepância também, que era uma visão diferenciada de comerciantes, que tinha sido colocada também na passagem de ano, nomeadamente, que aqueles que tinham casas maiores achavam e entendiam que era legítimo, pelo facto do investimento que faziam e de terem casas maiores, logo, proporcionarem um Carnaval com música de Carnaval e mais seguro, ficavam penalizados quando a Câmara promovia a presença na rua, e, portanto, tinha sido a Câmara a decidir meter música na passagem de ano por sua própria iniciativa. Depois, havia outros comerciantes cuja atividade comercial só faziam porque trabalhavam com o espaço Público, porque tinha dimensões mais reduzidas. Portanto, este ano, para além do parecer das forças de segurança, com todas estas nuances, tinham envolvido também a associação representativa de restauração e hotelaria, que tinha o maior número de sócios, mas que não tinha sido unânime, como era normal. -----

-----Disse que, a decisão, que não ia de acordo com a sua opinião, mas que tinha sido tomada num quadro de democracia participada com as escolas de samba, com associações representativas do setor e com as estruturas da Câmara Municipal mais envolvidas, nomeadamente, a economia local, o turismo e a cultura, tinham tido de assumi-la como sendo sua, todos, que era não haver licença de ruído exterior para além das 2h00, que não tinha sido cumprido e as forças de segurança não tinham tido condições de fazer cumprir. Era isto que se passava neste momento. -----

-----Disse que tinham tido imensas reclamações de comerciantes e dezenas de reclamações de jovens do Concelho a pedir para ter música até mais tarde e para ter tipo de música diferente de música de Carnaval, nomeadamente aquele tipo de música que era a que as próprias as forças de segurança entendiam que podia ser indiciador de ter aquela aglomeração mais perigosa do que aquilo que era o espírito do Carnaval, e tinham de gerir sobre estas questões todas. Mas, havia um facto, e tinha de dizer

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

isto com todas as letras, que, no final do dia, a responsabilidade ia sempre para cima da Autarquia e, portanto, a esta competia criar condições para que tivessem um Carnaval noturno em segurança. Portanto, a questão aqui não era se havia ou não estratégia, mas um Carnaval em segurança. Havia Público para ter dentro e público para ter fora, mas tinha de ser em segurança, e, se fosse preciso ter medidas mais impopulares ou mais populares para o fazer, não teriam dúvidas em assumi-lo. Acrescentou que, tinha tido a oportunidade de dizer na rádio que imaginava, com a bomba relógio que se vinha criando em determinadas alturas, sobretudo na segunda-feira à noite, se houvesse em termos de desacatos uma situação mais dramática do que aquela que tinha existido, bem sabia o peso que teriam aqui nesta discussão da Assembleia no dia de hoje, e era isso que teriam de evitar no futuro, mesmo que tivessem de tomar medidas mais ou menos populares. -----

-----Relativamente à Casa do Povo, disse que, uma questão que já tinha sido mais do que debatida e com a qual concordava, era que isto não era uma questão de aproveitamento nem de sensibilidades políticas, mas uma transmissão, sobretudo de grande confiança com a instituição, uma grande confiança também com os trabalhadores, que era importante que sentissem esta confiança de todos os eleitos da Assembleia, da Câmara Municipal e das juntas de freguesia, que cá estavam e que cá estariam, e iriam com certeza estar para encontrar uma solução em que precisariam também da vossa ajuda para poder nesta fase, pelo menos, inverter a tendência que estava a ser colocada, mas acima de tudo, dizer que precisavam também de ter esta confiança da nossa parte e nós da vossa parte para poderem ultrapassar esta fase, que esperava que fosse apenas uma fase difícil na vida da Casa do Povo.-----

-----De seguida, o **Presidente da AMS** agradeceu novamente a presença dos munícipes e declarou aberto o Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD). -----

-----Solicitou o uso da palavra a **Deputada Sandra Carvalho** que devido à hora a que já estavam neste momento e, tendo em consideração os documentos que ainda estavam no PAOD, propunha, se não houvesse inconveniente, que as 3 recomendações do PAOD pudessem ser discutidas na sessão da Atividade Municipal, permitindo assim encontrarem aqui algum tempo, se os proponentes não vissem inconveniente. -----

-----O **Presidente da AMS** disse que tinham previsto 30 minutos + 30 minutos na reunião da Comissão de líderes e que quando chegasse ao fim deste tempo, transitariam os documentos para a próxima reunião, mas perguntava o que consideravam os proponentes das recomendações. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Castanho** que disse que na próxima sessão seria substituído e que a sua recomendação não iria levar muito tempo, portanto, não sabia se seria

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

apresentada na próxima reunião ou se possivelmente noutra, dependendo do colega que viesse, porque era um documento que tinha previsto, portanto, se pudesse ser hoje, era preferível porque julgava que fosse rápido. Mas, de qualquer modo, deixava à consideração. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que sugeriu que se desse início aos trabalhos e depois, em função do tempo, decidissem como se iria desenvolver. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que sugeriu que não ultrapassassem a 1h00, sendo que, quando chegasse à 1h00, o que não tivesse discutido, passasse para a próxima reunião. -----

-----Interveio o **Presidente da AMS** que referiu que na ordem de trabalhos, havia questões que tinham de ser deliberadas hoje, nomeadamente o primeiro ponto. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Pedro Mesquita** que referiu que já era 23h30 e que já tinham todos olhado para a ordem de trabalhos e, pela experiência que tinham de há muitos anos, de muitas sessões desta natureza, sabiam que iria resvalar e que iriam dar “bom dia” daqui a pouco. De qualquer forma, se calhar, era preferível que a Mesa pudesse fazer uma avaliação do que na falta de ordem de trabalhos, com exceção desta intervenção que tinham tido, que era extremamente importante e à qual eram todos sensíveis e compreendiam, mas se eventualmente se verificasse necessário, nem que se tivesse de marcar outra sessão, sendo que não via que houvesse algum problema ou inconveniente nesse sentido, não iam era estar aqui até às 3h00 ou 4h00, pelo menos. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que, face à necessidade do primeiro ponto da ordem de trabalho ser votado, sugeria que fosse votado já e que no tempo restante discutissem o PAOD. -----

-----Interveio a **Deputada Sandra Carvalho** que referiu que, uma vez que o Deputado João Castanho não iria estar presente na segunda reunião desta sessão, propunha que, no âmbito do PAOD, a seguir aos votos de pesar, passassem à recomendação do Deputado João Castanho. -----

-----Usou da palavra o **Presidente da AMS** que disse que tinha 30 minutos + 30 de PAOD, e sugeria que fossem avançando e selecionando os documentos, sendo que transitariam para a segunda reunião desta sessão os documentos que ficassem pendentes. -----

-----De seguida, declarou **aberto o PAOD**, informando que havia dois votos de pesar, sendo o primeiro apresentado pela Comissão de Líderes, pelo falecimento primeiro Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra Ezequiel lino. -----

-----Logo após o Presidente da AMS fez a leitura do **Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Ezequiel Lino** que a seguir se transcreve:-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----“Com o debruçar do 25 de Abril, Ezequiel Lino desde logo participou na Comissão Administrativa, ao lado de outros sesimbrenses que durante 29 meses assumiram a grande responsabilidade de gerir o concelho de Sesimbra com grande altruísmo e sentido de responsabilidade baseada nos valores da liberdade e democracia. Sesimbra renasceu com os ideais de abril e hoje à distância de quase 50 anos continuamos a reconhecer o papel importante que o Poder Local assumiu na construção de um país novo e em particular no Município de Sesimbra. -----

-----No âmbito do seu trabalho, a Comissão Administrativa, hoje reconhecida, como determinante para o crescimento e desenvolvimento de Sesimbra, é bem expresso no livro “29 meses de trabalho” que registou a nossa história local e a vida de muitos sesimbrenses, na qual não podemos deixar de destacar a participação de Ezequiel Lino.-----

-----Com as 1ª eleições autárquicas que ocorreram a 12 de dezembro de 1976, Ezequiel Lino foi eleito Presidente da Câmara Municipal e assumiu a liderança no Município de Sesimbra até 1997. -----

-----Ao longo deste percurso, Ezequiel Lino, de reconhecido valor e capacidade na consolidação do Poder Local Democrático também não deixou que alguns o pudessem considerar como um “Líder nem sempre de fácil trato”, mas em contrapartida, também são muitos os sesimbrenses e tantos outros que o estimavam pela dignidade como assumia o seu trabalho e sobretudo pela sua indiscutível entrega ao concelho de Sesimbra e ao bem-estar das suas gentes. -----

-----As referências que marcaram o seu período de vida autárquica, no ordenamento do território, entre as normas legais e a sensibilidade genuína de querer fazer melhor para que os sesimbrenses pudessem viver com mais e melhor qualidade de vida.-----

----- A partilha de responsabilidades políticas, com os seus “parceiros” políticos, então vigentes, nem sempre foi vivenciada “em modo mais amigável”, porém não deixava de realçar não só o seu respeito democrático consolidado pela vontade expressa nas diferentes eleições, pelo povo sesimbrense, mas sobretudo fruto do seu fervor, empenho e entusiasmo na defesa dos seus ideais e convicções políticas. -----

-----Quem não se lembra que foi o Município de Sesimbra o primeiro em Portugal a declarar-se Zona Livre de Armas Nucleares, cujo debate em sede de Assembleia Municipal foi participado e interventivo. -----

-----O respeito e entrega com quem ele trabalhava, tinha por base a sinceridade e entrega ao bem comum de todos os sesimbrenses, quando pensava e defendia o alargamento do abastecimento de água ao concelho e da rede viária, sem esquecer as preocupações relacionadas com a educação, cultura e o desporto. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A dinamização do movimento associativo, nascido sobretudo fruto das conquistas do 25 de Abril, recebeu sempre dos diferentes órgãos do Poder Local, e de Ezequiel Lino em particular, o reconhecimento do seu papel na implementação de melhores condições de vida para as populações locais. -----

Foi igualmente no seu período de trabalho autárquico, que a Freguesia da Quinta do Conde é criada, fruto da persistência dos quinta condenses e das estruturas associativas que entretanto davam voz aos seus direitos e reivindicações para que ali pudesse nascer a Freguesia. -----

-----A sua participação na Associação Nacional Municípios Portugueses, onde participou empenhadamente, quer como estrutura de grande importância para a construção e defesa do Poder Local, quer como membro da Comissão de Portos onde o reconhecimento pela importância das Pescas, em Sesimbra e no país assumia um papel em destaque na economia local. -----

-----Ao longo deste período também integrou a Comissão Executiva da então Região de Turismo Costa Azul de Setúbal, e mais tarde desempenhou o cargo de vice-presidente, tendo sido igualmente membro ativo na criação da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal que foi a primeira estrutura suprarregional a surgir no panorama nacional. -----

-----A sua postura, de “homem bom” como diz o povo, deixa-nos um legado de reconhecido valor humano que importa reconhecer, como alias o fez a Câmara Municipal de Sesimbra ao lhe atribuir a Medalha de Honra em 2018 e a Assembleia Municipal que no âmbito das comemorações das 4 Décadas de Abril, ocorridas em 2014, também o referenciou pelo seu mérito e dedicação ao lado de tantos outros que tão bem souberam dignificar o Poder Local Democrático. -----

-----Aqui lhe deixamos uma última palavra de agradecimento pelo seu contributo ao Concelho de Sesimbra ao lado de tantos outros que com ele trabalharam e em especial a sua família que partilharam e vivenciaram o mesmo caminho de entrega, solidariedade e trabalho a favor do bem comum. -----

-----A Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária deste dia 24 de fevereiro de 2023, delibera aprovar um voto de pesar, bem como um minuto de silêncio pelo falecimento de Ezequiel Lino e endereçar à família as sentidas condolências de profundo pesar. -----

-----Do presente voto deverá de ser dado conhecimento à família, Câmara Municipal de Sesimbra e Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho.” -----

-----De seguida, colocado à votação, a **Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade e aclamação, o Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Izequiel Lino, tendo guardado um minuto de silêncio em sua memória.** -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Dando seguimento ao PAOD, o Presidente da AM cedeu a palavra à **Deputada Silvia Montanha**, para que fizesse a leitura do **Voto de Pesar pelo falecimento de S.S. o Papa Bento XVI**, que a seguir se transcreve:-----

-----“Nascido a 16 de Abril de 1927 em Marktl, Alemanha, Joseph Ratzinger, filho de um polícia e de uma cozinheira, foi ordenado Sacerdote juntamente com o seu irmão Georg a 29 de Junho de 1951 em Munique. Entre 1962 e 1965 participou no Concílio Vaticano II como perito. A 25 de Março de 1977 foi nomeado Arcebispo de Munique e Freising por Sua Santidade o Papa Paulo VI Arcebispo de Munique, e no Consistório de 27 de Junho desse mesmo ano é promovido à dignidade cardinalícia.-----

-----Reconhecido como um dos maiores teólogos de sempre e já apontado como futuro Doutor da Igreja, o então Cardeal Ratzinger foi nomeado como Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé por Sua Santidade o Papa São João Paulo II, no ano de 1981, exercendo com zelo e espírito de serviço este cargo durante 23 anos. Pelo merecido reconhecimento que sempre teve enquanto teólogo, foi por 10 vezes Doutor Honoris Causa, entre os anos de 1984 e 2015.-----

-----Eleito Papa no Conclave a 19 de Abril de 2005, tomou posse no dia 24 e sucedeu a São João Paulo II na Cadeira de S. Pedro, tornando-se o 265º Papa Católico.-----

-----Após a sua eleição, apresenta-se na Praça de São Pedro como um “simples e humilde trabalhador na vinha do Senhor” e escolhe como lema do seu papado um significativo Cooperatores veritatis (Cooperadores da Verdade).-----

-----Em 2010, o Santo Padre visitou Portugal, num convite conjunto do Presidente da República Prof. Aníbal Cavaco Silva, Do Bispo de Leiria – Fátima Dom António Marto e da Conferência Episcopal Portuguesa, chegando a Lisboa a 11 de Maio onde celebrou Missa no Terreiro do Paço. No dia seguinte rumou ao Santuário de Fátima onde presidiu às Celebrações comemorativas das Aparições de Nossa Senhora de Fátima aos Três Pastorinhos.-----

-----No dia 11 de Fevereiro de 2013, durante um Consistório convocado para a realização de três canonizações, afirmando-se sem forças para continuar a exercer adequadamente o Ministério Petrino, que em muito se deveu às pressões que pairavam sobre a Igreja, anunciou a sua renúncia, com efeitos a partir das 20 horas do dia 28 seguinte, permanecendo na condição de emérito até à sua morte, no passado dia 31 de Dezembro de 2022, aos 95 anos de idade.-----

-----Durante o seu Pontificado assinou três Encíclicas da mais elevada importância:-----

-----“Deus caritas est”, “Spe salvi” e “Caritas in Veritate”; e presidiu a três Jornadas Mundiais da Juventude.-----

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*O seu Pontificado fica marcado pelo combate ao relativismo e ao secularismo do mundo ocidental e pela defesa das questões bioéticas. Combateu o aborto, a eutanásia e a cultura do descarte na família, não se cansado de alertar para as questões ecológicas e crises financeiras mundiais.*-----

-----*Foi uma personagem de extraordinária grandeza espiritual e capacidade de amor ao próximo, que resultou num indiscutível contributo para todo o ser humano.*-----

-----*Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra manifesta o seu pesar pelo falecimento de Sua Santidade o Papa Bento XVI e transmite as mais profundas condolências aos seus familiares, amigos e a todos os católicos.*-----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que disse reconhecer a personalidade de Joseph Ratzinger, bem como o papel que este havia desempenhado como Chefe de Estado do Vaticano quer o papel académico altamente reconhecido, quer com o exemplo que havia dado ao renunciar funções, que havia aberto um caminho para que outros pudessem seguir esse exemplo. No entanto, existiam temas que estavam bem expressos neste documento em que o PS não se reconhecia, como a luta contra a liberdade do aborto, a liberdade das pessoas decidirem sobre o final da sua vida, e, por isso, não podiam subscrever integralmente este documento e votá-lo favoravelmente.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Vitor Antunes** que cumprimentou todos os presentes e disse que numa Assembleia que não raras vezes se preocupava com o sentido de oportunidade, de proximidade e de afinidade, solicitava permissão para gastar dois períodos de 1,30 minutos cada sobre este voto de pesar para transmitir uma linha de reflexão. De seguida, fez a seguinte intervenção: *“Fernando Caridade Costa nasceu em Lisboa em 1935 e foi um dos mais antigos imigrantes portugueses no Luxemburgo e na sua habitação recebeu muitos militantes portugueses da resistência ao fascismo e não desisto de mencionar dois que todos conhecemos, o último Governador Civil de Setúbal, Manuel Macaísta Malheiros e Joaquim Judas, o Ex-Presidente da Câmara Municipal de Almada.*-----

-----*Em Portugal, tinha residência na Quinta do Conde com uma presença ativa nas iniciativas públicas de defesa da saúde, da paz e dos direitos dos trabalhadores. Foi candidato à Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde em 1997, 2001 e 2005. Foi vogal da Junta de Freguesia no mandato de 2001/2005, foi um cidadão de corpo inteiro, deixou um amigo em quem com ele interagiu, faleceu na passada segunda-feira*-----

-----*Às 2 filhas, ambas professoras, bem como à restante família endereço, condolência*”-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Sobre o voto de pesar pelo falecimento de S.S. o Papa Bento XVI, disse que este podia ter, mas não tinha, o que o Papa Bento 16 tinha dito em maio de 2006, durante a visita que havia feito ao Campo de Concentração de Auschwitz, que passava a citar: *“Sou filho daquele povo no qual um grupo de criminosos chegou ao poder mediante falsas promessas em nome de perspectivas de grandeza e de recuperação da honra da nação e da sua relevância”*, e acrescentando que *“com a força do terror e da intimidação, o alemão foi usado como instrumento na loucura de destruição e de domínio”*.-----

-----Referiu que, no último parágrafo deste documento estavam bem expressos o radicalismo e o fundamentalismo dos autores do voto, mesmo que largamente superior ao que se tinha visto e ao que haviam observado durante o Pontificado de Bento XVI. Assim, face às incongruências e aos erros que observavam neste voto de pesar, de oportunidade e afinidade duvidosas, a CDU iria abster-se.-----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que disse que iria votar favoravelmente a este voto de pesar e, com isso, não queria dizer que concordava com toda a redação do documento e queria deixar isso expresso. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Carlos Oliveira** que disse que o PSD também iria votar favoravelmente este voto de pesar. Acrescentou que, quem o apresentava escrevia aquilo que sentia, mas no fundo, aquilo que interessava era o voto de pesar em si pela pessoa e pelo Papa que tinha sido. Não tinha sido um Papa com quem tivesse tido, pessoalmente, uma grande afinidade, mas respeitava-o assim como respeitava todos os que tinham dirigido a Igreja, alguns até com respeito, mas também não concordava com muitos dos comportamentos de muitos papas ao longo da história da Igreja. -----

-----Neste momento achava que aquilo que estavam a votar era um voto pesar, e a apreciação que cada um fazia relativamente à sua vida, àquilo que este havia defendido, faria, mas isso não os obrigava a concordar com todo o texto, mas também os obrigava a votarem contra ou a absterem-se relativamente ao voto de pesar.-----

-----Fez uso da palavra o **Deputado João castanho** que começou por dizer que não tinham nada contra a pessoa e que o Papa era o chefe máximo da Igreja Católica durante um determinado período, e, independentemente do mérito que tivesse, à semelhança daquilo que já tinham feito noutros votos de pesar parecidos, iriam-se abster.-----

-----De seguida, não havendo mais intervenções, o Presidente da AMS colocou à votação o **Voto de Pesar pela Morte de S.S. o Papa Bento XVI, que, estando presentes 22 eleitos, foi aprovado por maioria, com 5 votos a favor (2 CHEGA, 2 PSD e 1 BE), e 17 abstenções (8 CDU, 8 PS e 1 MSU), e guardou um minuto de silêncio em sua memória.** -----

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A Deputada Madalena Serra, do GM do Chega fez a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“A bancada do CHEGA, na sessão ordinária da AMS a realizada no dia 24 de Fevereiro de 2023, justifica assim o seu voto de favorável, relativo ao ponto:-----

-----Voto de Pesar Bento XVI apresentado pela Deputada Sílvia Montanha -----

-----O voto favorável da bancada é indiscutível até porque uma vida não se discute e um Voto de Pesar é uma homenagem a essa vida, mas também não é possível concordar com o documento apresentado na íntegra pois é facilmente visto a tentativa de politizar a morte da pessoa em causa, o Voto de Pesar, tal como o Louvor deveriam ser uma homenagem à pessoa referida, descrevendo-a e apresentando a sua importância para a sociedade no todo, quando no documento é referido as batalhas ideológicas e as posições pessoais do Papa, este documento exclui as pessoas que, também obtiveram ganhos na vida devido ao papel fundamental representado por este na sociedade, mas que pensam diferente das posições do Papa referidas no texto, perde-se o objetivo da homenagem à pessoa e inicia-se o aproveitamento político colocando este não numa posição de importância para a sociedade num todo mas sim numa bolha que favorece mais um lado do que o outro. -----

-----Na qualidade de líder de bancada e enquanto conservadora, cristã e democrata, tenho valores bem assentes que não se pautam neste documento, que refiro mais uma vez, tenta criar politiquices de um falecimento, desrespeitando o ser e a sua obra. -----

-----Não concordará esta bancada de forma alguma com a tentativa de aproveitamento político de ninguém com base nestes discursos ideológicos. Contudo nunca deixará a mesma de respeitar o momento e a homenagem.” -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que referiu que tinha tido conhecimento do falecimento de um munícipe hoje, mas não tinha sido possível apresentar um voto de pesar. Contudo, gostaria de deixar uma breve nota e solicitou que o pudesse fazer neste momento. -----

-----Não havendo objeções por parte de nenhum dos presentes, o Deputado explicou que se tratava do falecimento de um professor da Escola Secundária de Sampaio que tinha marcado muitos alunos da sua geração, nomeadamente, o Professor Rui Oliveira, que tinha falecido ontem ou antes de ontem, tendo sido hoje o funeral, e não queria deixar de dar nota porque, não sendo de Sesimbra, tinha-se fixado e durante muitos anos tinha sido professor na Escola Secundária de Sampaio, onde lecionou Educação Física e acabando por se fixar no Concelho. -----

-----Neste sentido, queria deixar esta nota de pesar e também transmitir as condolências à família porque era um professor que tinha acabado por deixar um lugar na escola e numa geração, que era a sua,

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

e só tinha tido conhecimento a caminho da sessão, não queria deixar de passar esta nota para que ficasse inscrita na reunião porque deixaria de fazer sentido noutro momento.-----

-----Interveio o **Presidente da AMS** que disse que ficava registado e achava que toda a Assembleia Municipal se associava, endereçando à família, nomeadamente à filha, que era funcionária do Município, os mais sentidos pêsames aos familiares do Professor Rui, que era assim que todos o conheciam. -----

-----De seguida, deu seguimento ao PAOD com a **Saudação ao Dia Internacional da Mulher** do GM da CDU, que a seguir se transcreve: -----

-----“**SAUDAÇÃO**-----

-----**DIA INTERNACIONAL DA MULHER** -----

-----“O dia 8 de março foi adotado como o Dia Internacional da Mulher pelas Nações Unidas, em 1975, com a finalidade de lembrar as conquistas sociais, políticas e económicas das mulheres, independentemente de divisões nacionais, étnicas, linguísticas, culturais, económicas ou políticas. -----

-----20 anos mais tarde, em 1995, na 4.ª Conferência Mundial sobre as Mulheres, resultou a Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim. Ainda hoje, este acordo, é considerado um dos documentos centrais e mais progressivos para o empoderamento das mulheres e raparigas de todo o mundo, foi assinado por 189 países. -----

-----O Dia Internacional da Mulher, é o símbolo de luta, emancipação e afirmação da mulher, fundamental para homenagear as mulheres que, antes de nós, lutaram pela liberdade, conquista dos seus direitos e contra a discriminação. -----

-----Este dia pretende celebrar os direitos que as mulheres conquistaram até ao dia de hoje, relembrando o caminho para a igualdade. Defender causas como o direito ao voto, a igualdade salarial, a maior representação em cargos de liderança, a proteção em situações de violência física e/ou psicológica ou o acesso à educação continuam atuais porque, em vários pontos do globo, esses direitos continuam por cumprir.-----

-----A Agenda 2030, constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aborda várias dimensões e promove a paz, a justiça e instituições eficazes com uma visão comum para a Humanidade, um contrato entre os líderes mundiais e os povos e “uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta”, entre os quais o ODS 5: Igualdade de Género, que pressupõe a necessidade de: Acabar com todas as formas de discriminação e eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual entre outros; Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e envolvendo crianças, bem

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

como as mutilações genitais femininas; Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade partilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais; Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública; Assegurar o acesso universal à saúde sexual; Aumentar o uso de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres ;Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de género. -----

-----Volvidos dois anos da pandemia por covid 19, os problemas sobre as condições de vida das mulheres no trabalho e na família mantem-se e confrontam-se todos os dias com a impossibilidade de compatibilizar o trabalho e a assistência aos filhos e à família., com riscos para a sua própria saúde.

Urge melhorar as condições de vida, de trabalho, de educação e de saúde:-----

-----Comemorar o 8 de março é defender o aumento de salários sustentável para fazer face ao elevado custo de vida, ampliar o apoio e proteção social, é garantir salário igual para trabalho igual;

Comemorar o 8 de março é assegurar mais e melhores transportes, habitação condigna e acessível, creches públicas gratuitas e escolas com equipamentos de ensino e tecnológicos, e de conforto para as crianças; -----

-----É garantir uma educação para todos, onde também docentes possam ter as condições e apoios necessários no acompanhamento aos filhos e à sua família; -----

-----Ainda hoje, são as mulheres que estão mais expostas à privação material e social e ao risco de pobreza, não só porque têm remunerações médias mensais mais baixas do que os homens, mas também porque é sobre elas que recai grande parte do trabalho não-remunerado (tarefas domésticas e de cuidado). Por outro lado, as mulheres continuam a estar sub-representadas nos cargos de poder e tomada de decisão, tanto política como económica (segregação vertical do mercado de trabalho). A esmagadora maioria das vítimas de violência doméstica, de crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual e de homicídios conjugais são mulheres e a grande maioria dos denunciados e condenados são homens. -----

-----Comemorar o 8 de março é reforçar a prevenção e combate à violência doméstica e tráfico de seres humanos e reconhecer a prostituição como exploração e uma grave forma de violência sobre as mulheres e crianças. -----

-----Assegurar que ninguém fica para trás: é o compromisso com o respeito e a concretização dos direitos humanos de todas as mulheres e raparigas, em toda a sua diversidade, não esquecendo, as

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

mulheres e crianças, raparigas que fogem dos conflitos e viajam pela Europa em busca de refúgio devem ser protegidas de todas as formas de violência e de discriminação, e ser capazes de fazer cumprir todos os Direitos Humanos – civis, políticos, económicos, sociais e culturais – e garantir que estes são universais, indivisíveis, interdependentes e interrelacionados.-----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra na sua sessão ordinária do dia 24 de Fevereiro de 2023 delibera:-----

-----1. Saudar todas as mulheres e o dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, pela luta pelos direitos das mulheres;-----

2. Saudar todos os homens e mulheres que lutam contra a violência doméstica, especialmente contra a violência nas mulheres e crianças;-----

-----3. Saudar as manifestações das mulheres, que não obstante o difícil contexto que se vive no país, continuam a lutar contra a discriminação e a desenvolver ações para a promoção da participação, a igualdade, a solidariedade e de paz;-----

-----Dar conhecimento a-----

----- Grupos Parlamentares da Assembleia da República;-----

----- Comissão Parlamentar de Direitos, Liberdades e Garantias;-----

----- MDM - Movimento Democrático de Mulheres;-----

----- MSD – Mulheres Sociais Democratas;-----

----- DNMS - Departamento Nacional de Mulheres Socialistas;-----

----- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego;-----

----- Câmara Municipal de Sesimbra;-----

----- Assembleias de freguesia do concelho;-----

----- Juntas de freguesia do concelho;-----

----- Comunicação Social Local e Regional”-----

-----De seguida, o Presidente cedeu a palavra à Deputada Sandra Carvalho que informou que a Deputada Paula Rodrigues faria a leitura do documento.-----

-----A **Deputada Paula Rodrigues** cumprimentou todos os presentes na pessoa do Presidente da AMS bem como o público que assistia a partir de casa.-----

-----Referiu que esta saudação tinha a ver com o Dia Internacional da Mulher, que se celebrava no dia 08 de março e que tinha sido adotado com a finalidade de lembrar as conquistas sociais, políticas e

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

económicas das Mulheres, assinalado pelas Nações Unidas em 1975, e, 20 anos mais tarde, em 1995, a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres tinha tido como resultado a declaração e a Plataforma de Ação de Pequim, sendo que, ainda hoje esse acordo era considerado um dos documentos centrais e progressivos no empoderamento das Mulheres. -----

-----Disse que, o Dia Internacional da Mulher era um símbolo de luta, emancipação e afirmação da mulher fundamental para homenagear as mulheres que tinham lutado pela liberdade, conquistado os seus direitos e contra a discriminação. Relembrou que o caminho para a igualdade, defender causas como o direito de voto, a igualdade salarial, a maior representação em cargos de liderança, a proteção em situações de assédio, a violência física ou psicológica ou acesso à educação continuavam atuais porque em vários pontos do Globo, esses direitos continuavam por cumprir.-----

-----Referiu que a Agenda 2030, constituída por 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, abordava várias dimensões e promovia a paz e a justiça entre as instituições e também um contrato com a humanidade entre os líderes mundiais e os povos do planeta com uma lista, entre os quais vários objetivos de desenvolvimento sustentável, tais como, a educação e a erradicação da pobreza, mas o objetivo de desenvolvimento sustentável número 5 era a igualdade de género, que pressupunha a necessidade de acabar com todas as formas de discriminação e eliminar todas as formas de violência contra todas as Mulheres e meninas, entre outras situações.-----

-----Disse que, volvidos 2 anos da pandemia por COVID-19, os problemas sobre as condições de vida das Mulheres no trabalho e na família mantinham-se e confrontavam-se todos os dias com a impossibilidade de compatibilizar o trabalho, a assistência aos filhos e à família, com riscos, inclusive para a própria saúde e a saúde mental. Urgia melhorar as condições de vida, de trabalho, de educação e de saúde. - -----

-----Comemorar o dia 8 de março era também defender o aumento de salários de modo sustentável para fazer face cada vez mais ao elevado custo de vida, ampliar o apoio e a proteção social e garantir salário igual para trabalho igual. Ainda Hoje eram as Mulheres que estavam mais expostas à privação material e social e ao risco de pobreza, não só porque tinham remunerações médias mensais mais baixas que os homens, mas também porque era sobre estas que recaía grande parte do trabalho não remunerado. -----

-----Disse que as Mulheres continuavam a estar sub-representadas nos cargos de poder e de tomada de decisão, tanto na política como na economia. A esmagadora maioria das Mulheres eram vítimas de violência doméstica, de crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual e de homicídios conjugais.

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Era de reforçar a prevenção e o combate à violência doméstica e ao tráfico de seres humanos e reconhecer a prostituição como uma exploração e uma forma grave de violência sobre as Mulheres e sobre as crianças. Era preciso assegurar que ninguém ficava para trás e não esquecer as Mulheres e as crianças e raparigas que fugiam de conflitos e viajavam pela Europa e que queriam refúgio e precisavam de ser protegidas. -----

-----Desta forma, a Assembleia Municipal de Sesimbra, na sua sessão ordinária de 24 de Fevereiro, deliberava saudar todas as Mulheres do dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher pela luta pelos direitos das Mulheres, saudar todos os homens e Mulheres que lutavam contra a violência doméstica, especialmente contra a violência nas Mulheres e crianças, e saudar as manifestações das Mulheres que, não obstante o difícil contexto em que se vivia, continuavam a lutar contra a discriminação e a desenvolver ações para a promoção da participação, igualdade, solidariedade e Paz. -----

-----Por fim, solicitou que pudesse deixar também uma nota fora desta saudação, nomeadamente, à seleção feminina de futebol portuguesa que tinha vencido Camarões e se havia apurado pela primeira vez para o Campeonato do Mundo de Futebol. Era um passo inédito e histórico, não apenas no futebol feminino, mas no papel da mulher na sociedade portuguesa. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que cumprimentou todos os presentes e o público que acompanhava a partir de casa. -----

-----Agradeceu a saudação à seleção feminina de futebol, que tinha conseguido um feito inédito, não só porque tinha vencido o jogo, mas porque tinha havido uma mudança de paradigma em relação ao que era o desporto feminino em Portugal, e isso era de realçar substancialmente.-----

----- Em relação a esta saudação genericamente, disse não ter nada a opor só que havia uma questão já tinha sido levantada numa outra ocasião, há poucos meses, e tinham de começar a acertar a forma de pensar. Referiu que nesta reunião iriam provavelmente aprovar aquilo que se iria chamar o Plano Municipal de Igualdade e não discriminação, e sugeria uma pequeníssima alteração no ponto 2 da parte deliberativa, nomeadamente, onde se lia: *“Saudar todos os homens e mulheres que lutam contra a violência doméstica, especialmente contra a violência nas mulheres e crianças”* que se passasse a ler: *“Saudar todos os que lutam contra a violência doméstica, especialmente contra a violência nas mulheres e crianças”*. -----

-----Acrescentou que, se não, estariam a discriminar algumas pessoas.-----

-----Foi cedida a palavra à **Deputada Paula Rodrigues** que disse que o dia que estavam a saudar era o dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher, mas não se opunham a essa alteração. -----

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Usou da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que referiu que hoje estava a ouvir uma rubrica na rádio pública, que gostava particularmente, que se chamava “A contar”, de David Mourão Ferreira, onde este contava, por circunstâncias de uma música publicada nos anos 60, que versava a forma como a mulher era tratada e até o jogo sexista de o homem conquistar e a mulher ser conquistada, para depois, ao mesmo tempo, usando essa visão da mulher, relatar que esse tinha sido o momento em que havia iniciado as primeiras contestações aos concursos de moda, de escolha de modelos e o surgimento de movimentos feministas contra os concursos de beleza, que era um tema sobre o qual próprio já tinha feito referência aqui na AM. Neste sentido, era obvio que votaria a favor desta Saudação, mas a bem da coerência, tinham de se lembrar disso também quando ajudavam a promover eventos que em si mesmos e na sua génese, eram sexistas e não defensores desta ideia moderna de mulher e de igualdade que acabava por estar transposta neste documento. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado João Castanho** que disse que o único apontamento que queria fazer era sobre o apuramento da equipa da feminina de futebol para o mundial. Considerava ser um evento mediático que iria ajudar nas diferenças. Assim, se o proponente aceitasse, achava que se devia deixar alguma mensagem e fazer chegar também à equipa. Acrescentou que a equipa tinha sido reconhecida hoje pelo Presidente da República e achava que a AM podia fazer chegar isso também.-----

-----Por fim, disse que este evento, do ponto de vista mediático, iria ajudar na discriminação, na forma como viam o desporto. Era mais um degrau que se subia. -----

-----Foi cedido o uso da palavra à **Deputada Andredina Cardoso** que cumprimentou todos os presentes e todos aqueles que acompanhavam através dos canais digitais e disse querer aproveitar também a questão de se estar aqui a destacar a Mulher para, no fundo, dar uma palavrinha relativamente ao clube de andebol feminino da Quinta do Conde, que vinha tendo uma trajetória muito interessante e que inclusive contava com pelo menos uma rapariga convocada para a seleção nacional que iria enfrentar a Suíça, que era da Quinta do Conde, nomeadamente, a Miriam Cardoso. Assim, queria dar também os parabéns e o alento dizendo que cada vez ia-se conseguindo passos maiores e felizmente as gerações mais novas provavelmente iriam conseguir dar passos mais largos e mais consistentes do que aqueles que tinham sido dados anteriormente. -----

-----De seguida, face à proposta do Deputado João Castanho, fez uso da palavra a **Deputada Paula Rodrigues** que sugeriu que se acrescentasse na parte deliberativa da Saudação: *“Aproveitar a saudação à seleção feminina de futebol portuguesa, que se apurou pela primeira vez para o Campeonato do Mundo*



Assembleia Municipal de Sesimbra

do Futebol, um passo inédito e histórico não apenas no futebol feminino, mas no papel da mulher na sua intervenção na sociedade portuguesa”.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da AM** que sugeriu que, nas entidades a dar conhecimento da Saudação, se acrescentasse a Federação Portuguesa de Futebol.-----

-----Não havendo mais intervenções, e colocada à votação, a Assembleia Municipal **deliberou, por unanimidade, aprovar a Saudação com o título “Dia Internacional da Mulher”** cujo teor é o seguinte: -----

-----“O dia 8 de março foi adotado como o Dia Internacional da Mulher pelas Nações Unidas, em 1975, com a finalidade de lembrar as conquistas sociais, políticas e económicas das mulheres, independentemente de divisões nacionais, étnicas, linguísticas, culturais, económicas ou políticas. -----

20 anos mais tarde, em 1995, na 4.ª Conferência Mundial sobre as Mulheres, teve como resultado a Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim. Ainda hoje, este acordo, é considerado um dos documentos centrais e mais progressivos para o empoderamento das mulheres e raparigas de todo o mundo, foi assinado por 189 países. -----

-----O Dia Internacional da Mulher, é o símbolo de luta, emancipação e afirmação da mulher, fundamental para homenagear as mulheres que, antes de nós, lutaram pela liberdade, conquista dos seus direitos e contra a discriminação. -----

-----Este dia pretende celebrar os direitos que as mulheres conquistaram até ao dia de hoje, relembrando o caminho para a igualdade. Defender causas como o direito ao voto, a igualdade salarial, a maior representação em cargos de liderança, a proteção em situações de violência física e/ou psicológica e assédio, ou o acesso à educação continuam atuais porque, em vários pontos do globo, esses direitos continuam por cumprir.-----

-----A Agenda 2030, constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aborda várias dimensões e promove a paz, a justiça e instituições eficazes com uma visão comum para a Humanidade, um contrato entre os líderes mundiais e os povos e “uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta”, entre os quais o ODS 5: Igualdade de Género, que pressupõe a necessidade de: Acabar com todas as formas de discriminação e eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual entre outros; Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e envolvendo crianças, bem como as mutilações genitais femininas; Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade partilhada dentro do lar e da família, conforme os

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

contextos nacionais; Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública; Assegurar o acesso universal à saúde sexual; Aumentar o uso de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres ;Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de género. -----

-----Volvidos dois anos da pandemia por covid 19, os problemas sobre as condições de vida das mulheres no trabalho e na família mantem-se e confrontam-se todos os dias com a impossibilidade de compatibilizar o trabalho e a assistência aos filhos e à família., com riscos para a sua própria saúde. -----

Urge melhorar as condições de vida, de trabalho, de educação e de saúde:-----

-----Comemorar o 8 de março é defender o aumento de salários sustentável para fazer face ao elevado custo de vida, ampliar o apoio e proteção social, é garantir salário igual para trabalho igual; -----

Comemorar o 8 de março é assegurar mais e melhores transportes, habitação condigna e acessível, creches públicas gratuitas e escolas com equipamentos de ensino e tecnológicos, e de conforto para as crianças; -----

-----É garantir uma educação para todos, onde também docentes possam ter as condições e apoios necessários no acompanhamento aos filhos e à sua família; -----

Ainda hoje, são as mulheres que estão mais expostas à privação material e social e ao risco de pobreza, não só porque têm remunerações médias mensais mais baixas do que os homens, mas também porque é sobre elas que recai grande parte do trabalho não-remunerado (tarefas domésticas e de cuidado). Por outro lado, as mulheres continuam a estar sub-representadas nos cargos de poder e tomada de decisão, tanto política como económica (segregação vertical do mercado de trabalho). A esmagadora maioria das vítimas de violência doméstica, de crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual e de homicídios conjugais são mulheres e a grande maioria dos denunciados e condenados são homens.-----

Comemorar o 8 de março é reforçar a prevenção e combate à violência doméstica e tráfico de seres humanos e reconhecer a prostituição como exploração e uma grave forma de violência sobre as mulheres e crianças. -----

-----Assegurar que ninguém fica para trás: é o compromisso com o respeito e a concretização dos direitos humanos de todas as mulheres e raparigas, em toda a sua diversidade, não esquecendo, as mulheres e crianças, raparigas que fogem dos conflitos e viajam pela Europa em busca de refúgio devem ser protegidas de todas as formas de violência e de discriminação, e ser capazes de fazer cumprir todos os



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Direitos Humanos – civis, políticos, económicos, sociais e culturais – e garantir que estes são universais, indivisíveis, interdependentes e interrelacionados.-----

A Assembleia Municipal de Sesimbra na sua sessão ordinária do dia 24 de Fevereiro de 2023 delibera:-----

-----1. Saudar todas as mulheres e o dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, pela luta pelos direitos das mulheres;-----

-----2. Saudar todos os que lutam contra a violência doméstica, especialmente contra a violência nas mulheres e crianças; -----

-----3. Saudar as manifestações das mulheres, que não obstante o difícil contexto que se vive no país, continuam a lutar contra a discriminação e a desenvolver ações para a promoção da participação, a igualdade, a solidariedade e de paz; -----

-----4. Saudar a Seleção Feminina de Futebol Portuguesa que se apurou pela 1ª vez para o campeonato do mundo de futebol, um passo inédito histórico no papel feminino e no papel da intervenção da mulher na sociedade portuguesa.”-----

-----Dar conhecimento a:-----

-----Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias; MDM - Movimento Democrático de Mulheres; MSD – Mulheres Sociais Democratas; DNMS - Departamento Nacional de Mulheres Socialistas; Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego; Federação Portuguesa de Futebol; Câmara Municipal de Sesimbra; Assembleias de freguesia do concelho; Juntas de freguesia do concelho; Comunicação Social Local e Regional.”-----

-----Foi dada continuidade ao PAOD com **Moção subordinada ao tema “Pela Sustentabilidade da Pesca e das suas Comunidades”** do GM PS, que a seguir se transcreve:-----

-----“A atividade da pesca tem um importante papel no equilíbrio socioeconómico de muitas comunidades costeiras de Portugal. Tem, também, fortes ligações com outros setores de atividade como a construção e a reparação naval, a indústria da transformação, com particular destaque para a indústria de conservas de peixe, o comércio de pescado e o turismo, sendo regida pelos princípios da Política Comum das Pescas da União Europeia, nomeadamente no que respeita à gestão e à sustentabilidade dos recursos.-----

-----A Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2021, de 4 de junho, reconhece a fileira das pescas como umas das áreas de intervenção prioritárias para a consecução dos vários objetivos definidos, destacando, nomeadamente, a necessidade

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

de robustecer setores tradicionais da economia azul, onde se enquadra a pequena pesca nas suas diferentes dimensões. -----

-----Acresce que o Programa do XXIII Governo Constitucional, reconhecendo o valor socioeconómico das pescas, destaca o interesse em desenvolver “uma estratégia que promova a competitividade e a resiliência do setor das pescas e da indústria transformadora, por forma a garantir abastecimento e a segurança alimentar”. -----

-----Qualquer estratégia que se pretenda desenvolver a nível nacional com o objetivo da sustentabilidade da atividade da pesca e das suas comunidades, assim como da garantia de abastecimento e segurança alimentar, apenas será exequível se continuarem a existir pescadores, embarcações e, principalmente, áreas marítimas disponíveis para a pesca.-----

-----Constata-se, porém, uma tendência de várias tentativas de ocupação dessas áreas por outras atividades que, sem se pôr em causa a sua importância, se considera que poderão desenvolver-se em locais que não inviabilizem a pesca e a vida dos milhares de portugueses que dela dependem. -----

-----Por isso, os pescadores portugueses e, no caso concreto dos pescadores de Sesimbra, não podem deixar de manifestar a sua perplexidade e indignação com a Proposta Preliminar das Áreas Especializadas e dos Pontos para a Ligação à Rede Nacional de Transporte de Eletricidade, preparada pelo Grupo de Trabalho para o planeamento e operacionalização de centros electroprodutores baseados em fontes renováveis de origem ou localização oceânica, que se encontra atualmente em Consulta Pública. -----

-----A proposta em causa identifica áreas para instalação de aproveitamentos de energia eólica offshore que coincidem com importantes locais onde os pescadores desenvolvem a sua atividade, e caso a mesma não seja revertida, põe em causa a sustentabilidade deste setor fundamental à identidade e soberania do país.-----

-----Refira-se que durante todo o processo de preparação desta proposta nunca o setor, através dos seus representantes, foi auscultado, nem foi dada qualquer possibilidade de se proporem soluções alternativas, que permitissem minimizar os impactes previstos para as localizações escolhidas. -----

-----Saliente-se que as comunidades piscatórias estão comprometidas com os objetivos nacionais e europeus para a descarbonização da economia e a transição energética e climática, no entanto, não estão disponíveis para serem sacrificadas com base nesse argumento, ainda para mais, quando existem soluções alternativas que não foram sequer expostas e analisadas.-----

-----Face ao exposto, o Grupo Municipal de Partido Socialista vem por este meio: -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----1. Manifestar a sua solidariedade para com as comunidades piscatórias, em particular com os pescadores de Sesimbra; -----

-----2. Demonstrar a sua insatisfação sobre a forma como foi preparada a Proposta Preliminar das Áreas Especializadas e dos Pontos para a Ligação à Rede Nacional de Transporte de Eletricidade, e pela falta de envolvimento de representantes do setor das pescas no processo; -----

-----3. Expor a sua total discordância com a proposta colocada em Consulta Pública, devendo os promotores retirá-la e desenvolver a auscultação da comunidade piscatória para a identificação de soluções alternativas consensuais.-----

-----Da presente Recomendação, após aprovada, deverá ser dado conhecimento a: -----

-----Presidência do Conselho de Ministros; -----

-----Ministro da Economia e do Mar;-----

-----Ministra da Agricultura e Alimentação;-----

-----Grupos Parlamentares da Assembleia da República;-----

-----Conselho Municipal das Pescas;-----

-----Associações de Pescadores e Organizações de Produtores locais; -----

-----Câmara Municipal de Sesimbra; -----

-----Juntas de Freguesia do Concelho; -----

-----Órgãos de comunicação social local e regional. -----

-----Sesimbra, 24 de fevereiro de 2023 -----

-----O Grupo Municipal de Partido Socialista” -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias** que disse que não iria ler a Moção na totalidade, mas fazer só um pequeno enquadramento. -----

-----Disse que, na prática, a Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030, que tinha sido aprovada por resolução do Conselho de Ministros em 2021, reconhecia a fileira das pescas como uma das áreas de intervenção prioritárias, destacando a necessidade de robustecer setores tradicionais da economia azul onde se enquadrava a pequena pesca. Também o programa do 23º Governo Constitucional reconhecia o valor socioeconómico das pescas e estava com interesse em desenvolver uma estratégia que promovesse a competitividade e a resiliência do setor das pescas e da indústria transformadora, de forma a garantir o abastecimento e a segurança alimentar.-----

----- Face a estas constatações, ficava alguma estranheza e, na prática, nesta Moção, queriam salientar que os pescadores a nível também do país, mas em particular de Sesimbra, não podiam deixar

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

de manifestar a sua complexidade e indignação pela proposta preliminar das áreas especializadas e dos pontos de ligação à rede nacional de transporte e eletricidade que se encontravam atualmente em consulta pública, sendo que essa proposta identificava áreas para instalação de aproveitamentos de energia eólica *offshore*, que coincidiam com importantes locais onde os pescadores desenvolviam a sua atividade. -----

-----Referiu que, durante todo o processo de preparação desta proposta, nunca o setor tinha sido auscultado, e reconhecendo que as comunidades piscatórias estavam comprometidas com os objetivos nacionais e Europeus para a descarbonização da economia e a transição energética e climática, sabendo que o setor da pesca era altamente sacrificado pelas alterações climáticas e pelos impactos ambientais, eram os primeiros a defender a sustentabilidade e a garantir que viviam num mundo cada vez com soluções mais sustentáveis. No entanto, não estavam disponíveis para serem sacrificados na sua atividade face a soluções que podiam ter propostas alternativas que não colidissem com a sustentabilidade dessas comunidades. -----

-----Nesse sentido, o que se propunha, de facto, era que, e através do Grupo Municipal do Partido Socialista, mas que a Assembleia Municipal de Sesimbra pudesse aderir também a esta parte deliberativa, manifestar a solidariedade para com as comunidades piscatórias, em particular com os pescadores de Sesimbra, demonstrar a insatisfação sobre a forma como tinha sido preparada a proposta, pela falta de envolvimento dos representantes do setor das pescas no processo e a expor a sua total discordância com a proposta colocada em consulta pública, devendo a mesma ser retirada para que depois posteriormente se pudessem encontrar soluções alternativas que fossem consensuais e que permitissem garantir um conjunto de atividades que se podiam e deviam desenvolver no mar, mas que não deviam ser desenvolvidas em sacrifício de outras e, tendo em conta a importância do setor da pesca em particular no nosso Concelho, consideravam que era importante marcar esta posição. -----

-----Por fim, informou que o documento tinha uma parte a amarelo, que era uma proposta inserida depois da Moção já ter sido submetida, mas, na prática, era para reforçar mais aquilo que era a característica de Sesimbra, e deixavam aqui alguns condicionamentos que já existiam sobre a atividade da pesca, que se relacionavam com o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA), com a passagem de cabos submarinos e a zona de exclusão da armada, que fazia com que as áreas fossem cada vez mais restritas e condicionassem cada vez mais a atividade deste setor. -----

----- Solicitou o uso da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que começou por dizer que votaria favoravelmente esta esta moção e que, assim como já tinham sido debatidas aqui nesta Assembleia, a

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

questão dos TUPEMS muito recentemente, que também tinham criado conjunto de restrições à atividade da pesca na nossa região, estas, apesar do que estava aqui transposto, e bem, porque era sobre isso que tinham intervenção, existia uma parte que era aplicável à zona de jurisdição ou de intervenção dos barcos de pesca do nosso Concelho, mas era mais abrangente, com intervenções até mais intensas noutras zonas da Costa portuguesa. -----

-----Referiu que isto tinha um historial relacionado com a aprovação da última lei de bases do ordenamento do espaço marítimo, que tinha aberto uma série de precedentes e este vinha na sequência desse documento, sendo que o princípio que estava sempre subjacente a esta concorrência pela ocupação do espaço marítimo era o princípio da subtração e não da adição, ou seja, atualmente, apesar de continuarem a ouvir falar muito da economia azul e de uma série de coisas que eram, umas concretizáveis a médio prazo e outras meras utopias, a verdade era que acabavam por interferir sempre com aquelas atividades que, por terem características históricas de intervenção no terreno, mas que também estavam implantadas, nunca se media quais eram os reais efeitos desta competição pelos espaços, pelo que se ganhava com a subtração de uma coisa em função da outra, porque o que estava aqui em causa era a criação e a vedação do acesso a áreas. -----

-----Acrescentou que, numa reportagem feita em Viana do Castelo, que era uma das zonas onde já existiam estes aerogeradores no mar e uma das principais zonas onde se previa a implantação de mais, além da Figueira da Foz, de centenas de Campos de futebol no mar que iriam ficar completamente vedados de qualquer acesso ou intervenção dos barcos de pesca ou outros, além de que sobre estas três torres que já existiam em Viana do Castelo, aquilo que era relatado por aqueles que lá operavam era que para além de não poderem ir lá, a turbulência e o impacto que aparentemente esses geradores tinham sobre o ecossistema, era muito mais extenso do que a zona vedada e isso também era uma coisa que não devia ser desconsiderada, devia ser ainda um fator adicional para terem reservas e depois, como tinha sido dito pelo Deputado Sérgio Faias, todas estas coisas pareciam surgir um pouco nas costas daqueles que utilizavam aquele espaço para fazer a sua vida, fosse na pesca, fosse noutra atividade que utilizasse o mar, e isso era sempre algo que não era recomendável em democracia. -----

-----Disse que, sem querer ser irónico, ainda bem que isto aparecia da Bancada do Partido Socialista, porque tinha sido um Governo socialista a avançar com este documento e a aprovar em Conselho de Ministros, e ainda bem que conseguiam ter o discernimento de colocar o interesse desta comunidade à frente.- -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Solicitou o uso da palavra a **Deputada Laura Correia** que cumprimentou todos os presentes e o público que assistia a partir de casa e disse que a Bancada da CDU iria votar favoravelmente a esta Moção, no entanto, não podiam deixar de lamentar que mais uma vez a tutela fazia propostas que iriam afetar todo o setor da pesca e, na comunidade piscatória, os pescadores não eram ouvidos. -----

-----Referiu que a Bancada da CDU sempre havia estado do lado dos pescadores, em particular dos pescadores de Sesimbra, acompanhando as suas reivindicações, preconizando medidas para o desenvolvimento do setor da pesca e da qualidade de vida dos homens do mar. Prova disso, era a Moção que a CDU havia apresentado nesta assembleia no dia 07 de dezembro de 2022, em que haviam enumerado os principais problemas da pesca de Sesimbra e haviam elencado as soluções. Também não podiam deixar de mencionar a necessidade da revisão da regulamentação da atribuição do título de utilização privativa do espaço marítimo nacional. Acrescentou que se podia dizer que parecia que queriam expulsar os pescadores do mar. -----

-----Foi cedida a palavra à **Deputada Paula Rodrigues** que sugeriu que fosse dado conhecimento desta Moção à Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos e também à Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra. -----

-----Disse que, para além destas questões que vinham mencionadas sobre a sustentabilidade da pesca e das suas comunidades, e como já tinha sido referido pela Deputada Laura Correia, a CDU também já tinha feito uma série de propostas que inclusive, haviam baixado à Comissão de Desenvolvimento Económico para serem mais bem fundamentadas. E, nessa medida, tinha havido o compromisso de saírem daí, um ou vários documentos em função das várias situações que tinham nessa mesma proposta, nomeadamente, para além da revisão da regulamentação da atribuição dos TUPEMS, tinham a construção da variante da Carrasqueira do Porto de abrigo, sendo o Porto de abrigo de Sesimbra um Porto de pesca líder no mercado em quantidade de pescado, bem como a necessidade da audição dos agentes locais do setor da pesca, a revisão do POPNA e a desigualdade em relação aos combustíveis.

-----Eram tudo problemáticas que para alguns podia ser, como já tinha sido aqui mencionado, uma “sopa”, mas eram problemas da comunidade piscatória, as quais cabia ao Governo, ao Estado português ajudar a resolver. Nessa medida, a Bancada da CDU e a Assembleia Municipal, sempre tinham estado ao lado dos pescadores e da Comunidade piscatória. Acrescentou que era importante ouvir as comunidades locais, manifestar a solidariedade com as comunidades piscatórias, essencialmente com os pescadores de Sesimbra, expor a total discordância, conforme esta proposta referia, mas que todas estas situações fossem vistas de uma forma abrangente e que não fossem medidas isoladas. -----

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Referiu que a atribuição de TUPEMS, para quem não sabia, eram títulos privativos ou privados do espaço marítimo. Havia também outras situações, como por exemplo, as restrições decorrentes do Parque Marinho Luís Saldanha, que era uma área reservada, a questão da zona livre tecnológica, onde por 50 dias os pescadores tinham restrições ao uso marítimo e, isto tudo junto, para além de outras situações e de outras dificuldades que existiam com os pescadores de Sesimbra, era muito lesivo para a atividade piscatória e, nessa medida, achava que deveriam efetivamente, todos juntos, contribuir para ouvir a comunidade piscatória e, conforme já tinha sido aprovado nesta Assembleia Municipal noutro mandato, fazer com que esse debate viesse à Assembleia Municipal e fosse exposto numa Assembleia temática no âmbito das pescas. -----

-----Interveio o **Deputado Sérgio Faias** que disse concordar com as sugestões de entidades a remeter o documento, e acrescentou que faltaria, por parte de quem havia desencadeado a iniciativa, a identificação de dois ministérios, nomeadamente, o Ministério das Infraestruturas e o Ministério do Ambiente. -----

-----Explicou que, estava a decorrer uma consulta pública que acabava no dia 10 de março e que ou apresentavam esta proposta agora e tomavam uma posição e até podiam discutir aqui se esta seria a posição da Assembleia Municipal na Consulta Pública. Ou seja, poderiam ir à plataforma da Consulta Pública e submeter este documento em nome da Assembleia Municipal. Acrescentou que havia um conjunto de problemas que naturalmente queriam ajudar a resolver, a perceber e a enquadrar, mas tinham de ser eficazes e em determinado momento, ou tomavam uma atitude e uma ação ou ficavam sem capacidade de intervir, e este documento tinha aparecido neste momento precisamente para ter essa eficácia. -----

-----Fez uso da palavra o **Deputado Carlos Macedo**, que sugeriu que na parte deliberativa do documento constasse que se devia inserir o teor desta Moção na consulta pública, para que ficasse clara a sua inclusão. -----

-----Interveio o **Deputado Sérgio Faias** que fez as seguintes sugestões: na parte deliberativa, no ponto n.º 3, onde se lia: *“Expor a sua total discordância com a proposta colocada em Consulta Pública, devendo os promotores retirá-la e desenvolver a auscultação da comunidade piscatória para a identificação de soluções alternativas consensuais”* se passasse a ler: *“Expor a sua total discordância com a proposta colocada em Consulta Pública, devendo os promotores desenvolver a auscultação da comunidade piscatória para a identificação de soluções alternativas consensuais”*; bem como acrescentar o seguinte



Assembleia Municipal de Sesimbra

ponto n.º 4: *“Assumir esta Moção como uma posição da Assembleia Municipal de Sesimbra na Consulta Pública”*.-----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que sugeriu que o ponto n.º 3 da parte deliberativa passasse a ler-se da seguinte forma: *“Expor a sua total discordância com a proposta colocada em Consulta Pública, solicitando aos promotores a sua retirada, desenvolvendo a auscultação prévia da comunidade piscatória para a identificação de soluções alternativas consensuais”*.-----

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente da AMS colocou à votação a **Moção subordinada ao tema “Pela Sustentabilidade da Pesca e das suas Comunidades”** que se a seguir se transcreve, que **foi aprovada por unanimidade**: -----

-----*“A atividade da pesca tem um importante papel no equilíbrio socioeconómico de muitas comunidades costeiras de Portugal. Tem, também, fortes ligações com outros setores de atividade como a construção e a reparação naval, a indústria da transformação, com particular destaque para a indústria de conservas de peixe, o comércio de pescado e o turismo, sendo regida pelos princípios da Política Comum das Pescas da União Europeia, nomeadamente no que respeita à gestão e à sustentabilidade dos recursos.*-----

-----*A Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2021, de 4 de junho, reconhece a fileira das pescas como umas das áreas de intervenção prioritárias para a consecução dos vários objetivos definidos, destacando, nomeadamente, a necessidade de robustecer setores tradicionais da economia azul, onde se enquadra a pequena pesca nas suas diferentes dimensões.*-----

-----*Acresce que o Programa do XXIII Governo Constitucional, reconhecendo o valor socioeconómico das pescas, destaca o interesse em desenvolver “uma estratégia que promova a competitividade e a resiliência do setor das pescas e da indústria transformadora, por forma a garantir abastecimento e a segurança alimentar”.*-----

-----*Qualquer estratégia que se pretenda desenvolver a nível nacional com o objetivo da sustentabilidade da atividade da pesca e das suas comunidades, assim como da garantia de abastecimento e segurança alimentar, apenas será exequível se continuarem a existir pescadores, embarcações e, principalmente, áreas marítimas disponíveis para a pesca.*-----

-----*Constata-se, porém, uma tendência de várias tentativas de ocupação dessas áreas por outras atividades que, sem se pôr em causa a sua importância, se considera que poderão desenvolver-se em locais que não inviabilizem a pesca e a vida dos milhares de portugueses que dela dependem.*-----

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Por isso, os pescadores portugueses e, no caso concreto dos pescadores de Sesimbra, que têm os seus pesqueiros condicionados pelo POPNA, pela passagem de cabos submarinos e por uma zona de exclusão da Armada Portuguesa, não podem deixar de manifestar a sua perplexidade e indignação com a Proposta Preliminar das Áreas Especializadas e dos Pontos para a Ligação à Rede Nacional de Transporte de Eletricidade, preparada pelo Grupo de Trabalho para o planeamento e operacionalização de centros electroprodutores baseados em fontes renováveis de origem ou localização oceânica, que se encontra atualmente em Consulta Pública. -----

-----A proposta em causa identifica áreas para instalação de aproveitamentos de energia eólica offshore que coincidem com importantes locais onde os pescadores desenvolvem a sua atividade, e caso a mesma não seja revertida, põe em causa a sustentabilidade deste setor fundamental à identidade e soberania do país. Refira-se que durante todo o processo de preparação desta proposta nunca o setor, através dos seus representantes, foi auscultado, nem foi dada qualquer possibilidade de se proporem soluções alternativas, que permitissem minimizar os impactes previstos para as localizações escolhidas. -----

Saliente-se que as comunidades piscatórias estão comprometidas com os objetivos nacionais e europeus para a descarbonização da economia e a transição energética e climática, no entanto, não estão disponíveis para serem sacrificadas com base nesse argumento, ainda para mais, quando existem soluções alternativas que não foram sequer expostas e analisadas.-----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra vem por este meio:-----

----- 1. Manifestar a sua solidariedade para com as comunidades piscatórias, em particular com os pescadores de Sesimbra; -----

-----2. Demonstrar a sua insatisfação sobre a forma como foi preparada a Proposta Preliminar das Áreas Especializadas e dos Pontos para a Ligação à Rede Nacional de Transporte de Eletricidade, e pela falta de envolvimento de representantes do setor das pescas no processo; -----

-----3.Expor a sua total discordância com a proposta colocada em Consulta Pública, solicitando aos promotores a sua retirada, desenvolvendo a auscultação prévia da comunidade piscatória para a identificação de soluções alternativas consensuais;-----

-----4. Assumir esta Moção como uma posição da Assembleia Municipal de Sesimbra na Consulta Pública.

-----Dar conhecimento a:-----

-----Presidência do Conselho de Ministros; Ministro da Economia e do Mar; Ministra da Agricultura e Alimentação; Ministério das Infraestruturas; Ministério do Ambiente; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Conselho Municipal das Pescas; Associações de Pescadores e Organizações de

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Produtores locais; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho; Administração de Portos de Setúbal e Sesimbra; Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos; Órgãos de comunicação social local e regional.” -----

*-----De seguida, dando continuidade ao PAOD, o Presidente da AM cedeu a palavra ao Deputado Carlos Oliveira para que este fizesse a apresentação da Moção **com o título “Um ano de guerra na Ucrânia”**. -----*

*-----Usou da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que fez a leitura do Moção que a seguir se transcreve: -----*

-----“No dia 24 de Fevereiro de 2022 irromperam pelas fronteiras Ucrânicas alguns milhares de militares russos iniciando uma guerra que já se percebeu não ter outro fundamento que não seja a reconstituição do Império Russo. -----

-----Depois de 365 dias de guerra, milhares de mortos, civis e militares, homens, mulheres e crianças, de ter provocado um movimento de refugiados ucranianos, quer dentro do território quer para fora das fronteiras do país que está a dilacerar a sociedade ucraniana, de terem arrasado cidades, vilas e aldeias, destruindo hospitais, escolas, habitações, fábricas, comércio, infraestruturas básicas de natureza civil e de inutilizarem terras que até há um ano eram um dos grandes celeiros do mundo, a Federação Russa pretende continuar esta guerra até atingir objetivos que desconhecemos, mas que suspeitamos irem muito para lá do território Ucraniano. -----

-----Aos bravos Ucranianos que lutam e morrem todos os dias, seja nos campos de batalha, seja porque o infortúnio que lhes chega em forma de míssil os atinge traiçoeiramente na rua, em suas casas, ou no trabalho, temos que prestar a nossa homenagem, a nossa solidariedade e o nosso apoio incondicional, agradecendo e honrando cada gota de sangue derramado e cada vida que foi ingloriamente ceifada. -----

-----Teremos que continuar a apoiar os milhões de ucranianos refugiados, que estão dentro e fora do seu país, na sua integração criando as condições necessárias para que, e enquanto durar o seu exílio, possam viver com a dignidade que merecem. No fim de contas viver e respirar aquele que é hoje o modo de pensar e viver da Europa é ajudar a Ucrânia a consolidar a estrutura política e social em que já declararam pretender viver. -----

-----Aos jovens e crianças, que perderam pais e avós, ou que simplesmente estão longe da sua terra e da sua família, é nosso dever garantir também o acesso ao ensino e à educação como se de nossos filhos se tratassem. Minimizar os traumas que esta guerra lhes provoca hoje, é também investir no futuro da

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Ucrânia e da Europa enquanto território de paz e de convivência e respeito pelas diferenças a que todos temos direito. -----

-----Nesta invocação da passagem de um ano de guerra não podemos deixar também de lembrar aqueles Russos que na ponta de baioneta foram obrigados a seguir para a frente, de uma batalha que não entendem, em que não queriam participar mas onde deram e darão a sua vida a troco de nada. -----

-----Também a todas as famílias Russas que perderam os seus filhos na guerra, àqueles Russos que dentro do território da Federação Russa denunciam a barbárie que a cleptocracia governante em alguns Estados que a ela pertencem, nomeadamente Rússia, que com risco da sua liberdade e mesmo da sua vida se manifestam contra a guerra na Ucrânia, bem como aqueles que passaram as fronteiras Russas com verdadeiro objetivo de preservar a vida, a dignidade e a liberdade recusando participar numa guerra de agressão contra um povo que até há pouco tempo consideravam como irmão, devem também ir os nossos pensamentos, apoio e disponibilidade para acolhimento como refugiados. -----

-----Não reconhecer o facto de que:-----

-----•toda a guerra com que a Rússia fustiga a Ucrânia, estar a decorrer exclusivamente dentro das fronteiras do Estado agredido, e que por isso, este tem direito a defender a sua soberania e o seu povo contra todo e qualquer invasor e a qualquer custo; -----

-----•a Ucrânia, na qualidade de Estado invadido tem direito a solicitar assistência e apoio a qualquer Organização ou Estado para sustentar e se libertar do agressor, é negar a soberania e o direito à independência dos Estados, é rasgar a Carta das Nações Unidas e colocar o planeta à beira do abismo. -----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra na sua reunião de 24/02/2023, no momento em que se cumpre um ano de guerra aprova a seguinte moção: -----

-----•Considerando que por de trás da invasão Russa da Ucrânia possa estar o objetivo último o sonho de um ditador de recuperação do império Russo. -----

-----•Reconhecendo que o ataque Russo à Ucrânia decorre da vontade do invasor em continuar uma agressão que iniciou em 2014, e que visa aniquilar o invadido como Estado e como sociedade livre e independente, apoderando-se ainda das suas riquezas. -----

-----•Considerando que a Invasão da Ucrânia pela Rússia constitui uma violação grave e inaceitável da Carta das Nações Unidas documento voluntariamente firmado por todos os Estados participantes, o qual estabelece regras de conduta nas relações internacionais.-----

-----•Considerando que a Ucrânia e o seu povo têm o direito a ser apoiados na sua justa luta pela integral recuperação do seu território. -----

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----•*Considerando que a Ucrânia e o seu povo têm o direito a ser ressarcidos de todos os prejuízos materiais e morais causados pela barbara e cruel invasão realizada à sombra da Bandeira da Federação Russa.* - -----

-----*Moção* -----

-----1. *Sendo o Concelho de Sesimbra um território e uma comunidade que venera a paz como um bem fundamental e essencial à vida dos povos declara o seu apoio a todas as iniciativas que visem a retirada incondicional de todas as forças invasoras da Ucrânia e a reposição das fronteiras Ucranianas de 1991.*-----

-----2. *Solicitar ao Governo Português que prorogue por um ano o estatuto de refugiado e as condições de apoio já concedidas aos cidadãos Ucranianos.* -----

-----3. *Solicitar à Câmara Municipal de Sesimbra que mantenha o apoio aos cidadãos Ucranianos com estatuto de refugiado que residam ou venham a residir no concelho.*-----

-----4. *Manifestar junto da Embaixada da Ucrânia a nossa solidariedade com o Estado e com o Povo Ucraniano e o apoio incondicional ao seu direito à auto determinação e à sua luta pela libertação total e independência do seu território.*-----

-----5. *Manifestar à comunidade Russa que abandonou o seu país para não participar numa guerra ilegal e fratricida e que escolheu Portugal como local de refúgio o nosso apoio e solidariedade e disponibilidade para ajudar na sua integração no nosso país.*-----

-----*Enviar a presente moção:*-----

-----*Governo Português; Grupos parlamentares da AR: Embaixada da Ucrânia; Câmara Municipal de Sesimbra; Órgãos de comunicação social Local, distrital e Nacional.*”-----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Rui Rodrigues** que disse que era conhecida a posição política da CDU sobre a forma como era visto grande parte deste conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia. De facto, não discordavam que o povo ucraniano estava a sofrer as consequências de uma guerra bárbara de uma invasão por outro país e que isso não deveria estar a acontecer nem na Ucrânia nem noutras regiões do mundo onde proliferava a guerra. -----

-----Referiu que havia uma parte do texto em que era dito que o modo de pensar e viver da Europa era ajudar a Ucrânia a consolidar a estrutura política e social em que já haviam declarado pretender viver. Acrescentou que não sabia se tinha sido o povo ucraniano a escolher esta estrutura política e social, onde os partidos políticos tinham sido ilegalizados. A tecnocracia ucraniana era em tudo semelhante à russa e, neste sentido, se podiam considerar Putin um ditador, não sabia o Volodymyr Zelensky não seria o mesmo, e as atitudes que tinha tido com o povo ucraniano antes da invasão russa, assim o haviam

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

demonstrado, sendo que este havia ilegalizado partidos políticos e prendido opositores políticos, e isto não era democracia. Não era um país com este tipo de democracia que queriam ou pretendiam na Europa e na União Europeia. Para isso, já bastavam alguns, como a Hungria, por exemplo, em que essa democracia era muito subjetiva, sendo que, de facto, havia eleições, mas só alguns partidos podiam ir.-----

-----Disse que tinham de ver que a União Europeia talvez tivesse desistido da parte diplomática, mas também era verdade que muitos, através dos seus órgãos e de através dos seus governantes, tinham tentado a via diplomática, tentando encetar conversações de paz entre a Rússia e a Ucrânia, e o facto era que ambas as partes, e não só uma parte, tinham rejeitado encetar essas conversações. Acrescentou que, parecia-lhe que desta vez, Zelensky estava pronto a aceitar uma proposta de conversações de paz através de uma proposta emanada pela China. Tinham de ver se iria aceitar e se não iria uma vez mais propor regras logo no início de uma negociação, com toda a legitimidade, mas, ao impor essas regras, na opinião da CDU, estava logo a pôr em cima da mesa que não queriam conversar sobre a paz nem discursar sobre a paz, mas que queriam mais armamento. Isso era aquilo que viam a Ucrânia atualmente a pedir, armamento. Perguntou o que é que a Ucrânia iria fazer com esse armamento quando o conflito acabasse. Esta era uma questão sobre a qual todos deveriam pensar. Se não estariam a combater um monstro com a criação de outro.-----

-----Fez uso da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que disse querer chamar a atenção para o seguinte: A Moção que aqui apresentavam não falava nem em Putin, nem em Zelensky. A Moção falava no povo ucraniano, nas dificuldades, nas agruras, nos ataques e no genocídio de que estava a ser vítima, falava também dos russos. Portanto, podiam dar a volta que quisessem, como por exemplo, que tinham alguma dificuldade política e ideológica de votar a favor desta moção porque estavam imbuídos de determinado tipo de orientação e, portanto, não sabiam para onde é que haviam de fugir agora. Mas, o certo era que a única coisa que aqui tinham apresentado era uma Moção na defesa do povo e chamando a atenção para aquilo que vinha sendo um ano de martírio de um povo a quem vinham partindo as casas e o país inteiro a um povo a quem tinham “espalhado” pelo mundo inteiro. Acrescentou que, aos russos ninguém tinha partido coisa nenhuma.-----

-----Disse que não estavam a falar dos políticos, mas do Povo, e que se não quisessem apoiar, não apoiassem, mas que assumissem e não arranjassem desculpas, porque assim ficavam a saber e até agradeciam ao Partido Comunista, porque lhes lembravam, de vez em quando, onde é que estavam, porque às vezes esqueciam-se, e essas tomadas de posição lembravam exatamente sobre aquilo que eram, como pensavam e onde estavam.-----

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Solicitou o uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que disse que concordavam com o teor da moção que se centrava muito na agressão de um exército e a invasão do exército a outro país, e era disso que estavam a falar. Não eram os povos que estavam em guerra. Acrescentou que, de facto, havia aqui uma orientação política dos dirigentes políticos de um país que tinham decidido invadir outro país, e a incompreensão era com a defesa do país agressor por parte de algumas forças políticas, quando esse país agressor, atualmente, embora percebessem alguns laços históricos que pudessem existir, não representava nada os conteúdos programáticos de partidos que estavam aqui sentados à mesa connosco, sendo que a Rússia atualmente era um capitalismo selvagem. -----

-----Referiu que era um país onde se promovia a maior desigualdade que podia existir entre as pessoas. Portanto, custava muito perceber esta defesa de um país que vivia desta forma e que tinha estas atitudes, e, por isso, era incompreensível que a Europa, e nós enquanto europeus, sabendo desta intenção da Ucrânia de aderir ao projeto europeu que tinha um conjunto de regras e onde sabiam que existia países que as cumpriam melhor ou pior, mas também existiam mecanismos que ajudavam a dar os sinais quando não estavam a cumprir os princípios e que ajudavam a ajustar para que se pudessem concentrar mais nos princípios básicos que tinham tido na fundação da União Europeia. Por isso, consideravam que, havendo um país que se revia nos princípios da democracia, da liberdade e que estava a ser sujeito, bem como o seu povo, há 1 ano, a uma pressão enorme, a perdas de vidas, a distorção de famílias e à destruição completa de infraestruturas básicas numa zona do planeta que se vivia com condições extremas de temperatura, que fazia que as pessoas dificilmente sobrevivessem a este inverno que estavam a passar. Tudo só podia levar a ter total solidariedade com estes povos e estar de braços abertos para os ajudar e para conseguirem que esta situação acabasse o mais depressa possível e que se comesse a reconstruir aquele povo e aquele país. -----

-----Usou novamente da palavra o **Deputado Rui Rodrigues** que referiu que a Bancada da CDU nunca tinha defendido esta Rússia de Putin nem esta invasão. Aquilo que não defendiam era a forma como este assunto vinha sendo tratado, que era a militarização da Europa, a militarização do mundo e a não existência de conversações de paz entre as partes, que era aquilo que deviam tentar fazer.-----

-----Referiu que não defendiam a invasão da Ucrânia por parte da Rússia, que, de facto, era um país soberano que deveria ter a sua soberania mantida e não deveria ser invadido. Contudo, não defendiam a forma como este assunto vinha sendo tratado e, essa ideia que vinha sendo transmitida e repetida de que esta força política era a favor da Rússia em detrimento da Ucrânia, era uma forma de dar jeito a outros objetivos da política nacional. -----

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse que não iriam votar contra, mas havia considerandos, nomeadamente que o povo ucraniano não tinha escolhido viver desta forma, porque se fossem “ver bem”, a popularidade de Zelensky antes deste conflito era quase zero e o povo ucraniano não o queria. Agora, era óbvio que, vinha fazendo o papel de herói e se calhar era um herói para o povo ucraniano, não estava a pôr isso em causa, mas duvidava muito que a grande população da Ucrânia estivesse contente com aquilo que zelensky tinha feito antes do conflito ter começado. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que disse que não conseguia ficar calado porque não podia deixar de transmitir a sua perplexidade com algumas coisas que, na sua interpretação, acabavam por ser um pouco incoerentes. Referiu que aquilo que acabava por ser trazido nesta moção e que já tinha sido trazido noutros documentos a esta Assembleia, tinha a ver com o facto, que parecia óbvio, de que existia um Estado agressor e um Estado agredido e que a intervenção militar vinha sendo toda no Estado agredido com todas as condicionantes desgraçadas que isso tinha trazido. -----

-----Referiu que já nem se falava no facto de o atual Estado Russo ou a Federação Russa estar nas antípodas do marxismo daquilo que pudesse ter alguma ligação histórica à matriz ideológica do Partido Comunista Português, mas, este discurso quase efabulado de que, como a posição era por causa da decisão de atribuição da Cruz da Liberdade ou porque era um Estado fascista, belicista e nazi, sendo que este era o mesmo discurso que o Putin tinha tido para fazer a invasão, que já tinha sido quase comprovado como tendo pouco de verdade, assim como como a questão da ilegalização de partidos que tinha acontecido depois da atribuição da entrada em vigor da lei marcial com o início da guerra, e era só aos partidos pro russos. -----

-----Relativamente ao armamento, disse que, atualmente não sabia se era isso que o Partido Comunista, defendia, mas se Zelensky ou a Ucrânia não reclamasse por armas, já tinha sido absolutamente exterminada. Perguntou o que é que defendiam, se era retirada de crianças que já tinha sido comprovada pelas Nações Unidas e o rapto de crianças que os russos estavam a fazer, levando-as da Ucrânia para os reeducar na Rússia. Acrescentou que, para não dizer uma palavra mais dura, o deixava perplexo esta falta de compreensão e de compaixão. Perguntou se esperavam que os Ucrânicos combatessem os mísseis russos com físgas, porque o que teria acontecido era serem absolutamente exterminados. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que disse que este discurso da CDU sugeria, no fundo, que quando alguém fosse assaltado em sua casa, o aconselhassem a não chamar a polícia, mas a servir um café ao ladrão e a convencê-lo a desistir. Isso não existia e era surreal. Acrescentou que, como



Assembleia Municipal de Sesimbra

já tinha dito há pouco, tinham de assumir e fazer aquilo que entendessem que deviam fazer, que estavam cá para ver. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que disse que também não estava a pensar em intervir a propósito desta Moção, mas havia algumas coisas que lhe faziam alguma confusão.-----

-----Referiu que, a propósito do assunto da legitimidade da Ucrânia em pedir ajuda a quase todos os países da Europa, nomeadamente ao Reino Unido, aos Estados Unidos, entre outros, tinha-lhe feito lembrar uma coisa que havia lido há pouco tempo que fazia uma certa analogia ao que havia acontecido há 200 anos em Portugal. Explicou que Portugal tinha sido invadido por um exército imperial que não tinha outra objetiva que não fosse estabelecer o Império francófono em grande parte da Europa, e Portugal tinha pedido ajuda aos ingleses, que enviaram não só armas, mas tropas e comandantes e combateram os Franceses. Acrescentou que, ainda bem para os portugueses que Portugal o tinha feito e que tinha tido toda a legitimidade para o fazer, e, Inglaterra, baseada no seu Tratado longuíssimo com Portugal e o no inimigo comum, tinha apoiado Portugal. -----

-----Disse que esta analogia lhe parecia absolutamente adequada para encaixar na Ucrânia, que se sentindo agredida no seu território, tinha pedido ajuda. Obviamente que a Ucrânia não podia simplesmente dizer para entrarem e resolverem como achassem melhor. Portanto, a legitimidade era absolutamente inquestionável.-----

-----Disse também que não conseguia perceber o que é que era questionável à volta desta Moção, mesmo que não se concordasse exatamente com todo o texto. Mas, acima disso tudo, havia toda esta questão que, realmente, não só os ucranianos, mas grande parte dos russos, nomeadamente, os militares russos, estavam a ser absolutamente destruídos e mortos sem fazerem qualquer ideia da razão para isto estar a acontecer e, portanto, só isso deveria revoltar um pouco, e celebrando um ano desta agressão e desta invasão, não via qualquer outra alternativa que não fosse votar a favor desta esta Moção.-----

-----Usou da palavra o **Deputado Vitor Antunes** que referiu que pedia a palavra para recordar ao Presidente da AM que este tinha o direito e o dever de zelar pela disciplina dentro desta sala e acreditava que não era prática habitual trazer claque para aplaudir. Acrescentou que, as claque podiam estar, mas naturalmente sem intervenção e aquilo que tinham estado a observar era intervenções. Neste sentido, chamava a atenção do Senhor Presidente da AMS relativamente a esta matéria.-----

-----Disse que os 200 anos do Tratado ou das invasões francesas que tinham acontecido por volta de 1800, tal como acontecia agora com a Ucrânia, era verdade que o Governo tinha pedido ajuda e os ingleses que já cá estavam tinham continuado a ajudar, mas não certamente ao povo. Referiu que

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

bastava ir à cidade do Barreiro para verificar que havia uma coletividade que se chamava “os franceses”, que tinha sido instituída exatamente nessa altura. Sabia que também havia outras associações designadas pelos ingleses, que na altura tinham sido criadas umas e outras, mas a verdade era que estavam nessa altura e continuavam agora com o mesmo dilema, que não tinha sido o povo certamente que os ingleses tinham vindo defender, mas os interesses dos fugitivos que tinham ido para o Brasil na ocasião. -----

-----Relativamente à Moção, disse tinha ouvido atentamente o Deputado Carlos Oliveira e que havia a ata de uma reunião ocorrida há 40 anos, em que o único presente era o Deputado Carlos Oliveira, e as intervenções deste aqui contidas contrastavam, e muito, com aquilo que agora defendia. Referiu que, há 40 anos, nesta Assembleia Municipal, o Deputado Carlos Oliveira havia votado, tal como todos os membros da Assembleia Municipal, por unanimidade, a deliberação de tornar Sesimbra o município livre de armas nucleares. Acrescentou que, ouvia o que o Deputado Carlos Oliveira dizia agora e lia aquilo que estava transcrito na ata, e concluía que havia uma regressão de valores na postura do Deputado. -----

-----Agradeceu, por fim, à Laura Farinha, Coordenadora Técnica do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal, que tinha feito o favor de fornecer esta ata que prezava muito porque estavam a poucos dias de celebrar 40 anos de um momento histórico e o único, nomeadamente, que Sesimbra tinha sido o primeiro município português a declarar-se zona livre de armas nucleares, e era marcante.-----

-----Disse ainda que ainda esta semana tinha estado em Setúbal, numa concentração em defesa da paz, e que agora parecia ser quase criminalizado o facto de se defender a paz, mas a verdade era que se defendessem a paz dando uma espingarda a cada um, mas dessem a maior a um, não era assim que lá chegavam. A paz era pelo diálogo e era aquilo que já tinha sido aqui citado quando se haviam referido à proposta de paz apresentada pela China e que, embora o próprio tivesse muitas reservas relativamente a esta, parecia reunir algum consenso, incluindo um apelo do Presidente da Bielorrússia a pedir que olhassem para a proposta da China, e se fosse para dar esse paço, que dessem.-----

-----Interveio em seguida o **Presidente da AMS** que disse que já era 01h00, ainda havia dois pedidos de intervenção, e que havia mais um documento no PAOD cujo proponente já havia referido que não estaria cá na próxima reunião, portanto sugeria que este documento fosse visto ainda hoje. Tinham também, pelo menos, 2 pontos da ordem de trabalhos que tinham de ser vistos nesta reunião. -----

-----Apelou de seguida para que soubessem estar nesta casa que já tinha sido uma escola e hoje era a casa da democracia. Disse que tinha um botão no seu microfone que silenciava todos os microfones, mas que nunca tinha usado porque eram todos maiores de idade, também o público que estava presente.

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Portanto, todos sabiam estar, todos sabiam respeitar opiniões, que eram diferentes naturalmente, mas era assim que as entidades, as instituições e os municípios e as pessoas cresciam, a perceber e a ouvir as opiniões dos outros, concordando ou não concordando, mas a democracia fazia-se dessa forma. -----

-----Neste sentido, solicitava mais uma vez que todos ponderassem o local onde estavam e a função que cada um tinha aqui dentro desta casa. -----

-----Foi cedida a palavra à **Deputada Andredina Cardoso** que começou por dizer que já se tinha referido aqui sobre esta ser uma assembleia criativa, mas já tinha ouvido aqui algumas coisas que, no mínimo, não estava à espera. Acrescentou que não entraria pelas questões do conflito em si, mas que deixaria aqui uma nota.-----

-----Referiu que há pouco tinha sido apresentado um documento fazendo referência ao Dia da Mulher e ao sofrimento da mulher. Portanto, não fazia muito sentido que não se observasse aquilo que as mulheres naquele contexto estavam a passar ou que tinham passado durante este ano. Parecia-lhe que havia aqui uma certa contradição, quando num momento estavam a defender todas as mulheres e num outro momento já não parecia que essa defesa fosse tão acérrima. Contudo, esta era uma interpretação que a própria fazia, mas que podia estar errada. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que relativamente ao facto de se vir salientar aqui a desnuclearização e tirar o foco do armamento e que era importante deixar de investir em armamento, disse que era para esse mundo que estavam a caminhar, e o que se havia verificado há um ano era um conjunto de investimentos que estavam a ser feitos e que tinham tido de ser desviados para se construir cada vez mais armamento, e o impacto que a guerra estava a ter era diretamente nestas populações que todos os dias viviam sujeitas à guerra. Mas, por todo o mundo, populações já viviam com dificuldades de acesso à própria alimentação e com dificuldades em pôr em casa uma refeição para os filhos. Toda esta guerra tinha feito disparar preços e tinha condicionado o Mercado Livre e a capacidade da produção de cereais da Ucrânia de serem devidamente escoados e chegarem às populações que precisavam, e tinha desencadeado esse sofrimento em toda a população porque estavam a desviar recursos que deviam ser empenhados na alimentação e bem-estar das populações, para alimentar uma guerra e uma corrida ao armamento que estava mais ou menos arrefecida e que tinha vindo acelerar cada vez mais com esta guerra. -----

-----Portanto, era isso que tinham de ter noção e era o impacto que, aqui no nosso país era praticamente insignificante quando comparado com estes povos, mas também estavam a sofrer com o aumento de preços que verificavam e todos os dias era impactos com isto. Mas, naturalmente que quem

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

estava no local vivia com as maiores dificuldades, e era com esses que tinham de ter solidariedade e mais uma vez demonstrar essa solidariedade através deste documento.-----

-----De seguida, não havendo mais intervenções, o **Presidente da AM** colocou à votação a **Moção com o título “Um ano de guerra na Ucrânia”**, que a seguir se transcreve, que, estando presentes 20 eleitos, foi **aprovada por maioria**, com 14 votos a favor (8 PS, 2 CHEGA, 2 PSD, 1 BE e 1 MSU), e 6 abstenções da CDU -----

-----*“No dia 24 de Fevereiro de 2022 irromperam pelas fronteiras Ucranianas alguns milhares de militares russos iniciando uma guerra que já se percebeu não ter outro fundamento que não seja a reconstituição do Império Russo. -----*

Depois de 365 dias de guerra, milhares de mortos, civis e militares, homens, mulheres e crianças, de ter provocado um movimento de refugiados ucranianos, quer dentro do território quer para fora das fronteiras do país que está a dilacerar a sociedade ucraniana, de terem arrasado cidades, vilas e aldeias, destruindo hospitais, escolas, habitações, fábricas, comércio, infraestruturas básicas de natureza civil e de inutilizarem terras que até há um ano eram um dos grandes celeiros do mundo, a Federação Russa pretende continuar esta guerra até atingir objetivos que desconhecemos, mas que suspeitamos irem muito para lá do território Ucraniano. -----

-----*Aos bravos Ucranianos que lutam e morrem todos os dias, seja nos campos de batalha, seja porque o infortúnio que lhes chega em forma de míssil os atinge traiçoeiramente na rua, em suas casas, ou no trabalho, temos que prestar a nossa homenagem, a nossa solidariedade e o nosso apoio incondicional, agradecendo e honrando cada gota de sangue derramado e cada vida que foi ingloriamente ceifada. -----*

-----*Teremos que continuar a apoiar os milhões de ucranianos refugiados, que estão dentro e fora do seu país, na sua integração criando as condições necessárias para que, e enquanto durar o seu exílio, possam viver com a dignidade que merecem. No fim de contas viver e respirar aquele que é hoje o modo de pensar e viver da Europa é ajudar a Ucrânia a consolidar a estrutura política e social em que já declararam pretender viver. -----*

-----*Aos jovens e crianças, que perderam pais e avós, ou que simplesmente estão longe da sua terra e da sua família, é nosso dever garantir também o acesso ao ensino e à educação como se de nossos filhos se tratasse. Minimizar os traumas que esta guerra lhes provoca hoje, é também investir no futuro da Ucrânia e da Europa enquanto território de paz e de convivência e respeito pelas diferenças a que todos temos direito. -----*

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Nesta invocação da passagem de um ano de guerra não podemos deixar também de lembrar aqueles Russos que na ponta de baioneta foram obrigados a seguir para a frente, de uma batalha que não entendem, em que não queriam participar mas onde deram e darão a sua vida a troco de nada. -----

Também a todas as famílias Russas que perderam os seus filhos na guerra, àqueles Russos que dentro do território da Federação Russa denunciam a barbárie que a cleptocracia governante em alguns Estados que a ela pertencem, nomeadamente Rússia, que com risco da sua liberdade e mesmo da sua vida se manifestam contra a guerra na Ucrânia, bem como aqueles que passaram as fronteiras Russas com verdadeiro objetivo de preservar a vida, a dignidade e a liberdade recusando participar numa guerra de agressão contra um povo que até há pouco tempo consideravam como irmão, devem também ir os nossos pensamentos, apoio e disponibilidade para acolhimento como refugiados. -----

Não reconhecer o facto de que: -----

- -----toda a guerra com que a Rússia fustiga a Ucrânia, estar decorrer exclusivamente dentro das fronteiras do Estado agredido, e que por isso, este tem direito a defender a sua soberania e o seu povo contra todo e qualquer invasor e a qualquer custo; -----

- -----a Ucrânia, na qualidade de Estado invadido tem direito a solicitar assistência e apoio a qualquer Organização ou Estado para sustentar e se libertar do agressor, -----
é negar a soberania e o direito à independência dos Estados, é rasgar a Carta das Nações Unidas e colocar o planeta à beira do abismo. -----

A Assembleia Municipal de Sesimbra na sua reunião de 24/02/2023, no momento em que se cumpre um ano de guerra aprova a seguinte moção: -----

- -----Considerando que por de trás da invasão Russa da Ucrânia possa estar o objetivo último o sonho de um ditador de recuperação do império Russo. -----

- -----Reconhecendo que o ataque Russo à Ucrânia decorre da vontade do invasor em continuar uma agressão que iniciou em 2014, e que visa aniquilar o invadido como Estado e como sociedade livre e independente, apoderando-se ainda das suas riquezas. -----

- -----Considerando que a Invasão da Ucrânia pela Rússia constitui uma violação grave e inaceitável da Carta das Nações Unidas documento voluntariamente firmado por todos os Estados participantes, o qual estabelece regras de conduta nas relações internacionais.-----

- -----Considerando que a Ucrânia e o seu povo têm o direito a ser apoiados na sua justa luta pela integral recuperação do seu território. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

• -----Considerando que a Ucrânia e o seu povo têm o direito a ser ressarcidos de todos os prejuízos materiais e morais causados pela barbara e cruel invasão realizada à sombra da Bandeira da Federação Russa. - -----

-----Moção -----

-----1. Sendo o Concelho de Sesimbra um território e uma comunidade que venera a paz como um bem fundamental e essencial à vida dos povos declara o seu apoio a todas as iniciativas que visem a retirada incondicional de todas as forças invasoras da Ucrânia e a reposição das fronteiras Ucranianas de 1991.-----

-----2. Solicitar ao Governo Português que prorogue por um ano o estatuto de refugiado e as condições de apoio já concedidas aos cidadãos Ucranianos. -----

-----3. Solicitar à Câmara Municipal de Sesimbra que mantenha o apoio aos cidadãos Ucranianos com estatuto de refugiado que residam ou venham a residir no concelho.-----

-----4. Manifestar junto da Embaixada da Ucrânia a nossa solidariedade com o Estado e com o Povo Ucraniano e o apoio incondicional ao seu direito à auto determinação e à sua luta pela libertação total e independência do seu território.-----

-----5. Manifestar à comunidade Russa que abandonou o seu país para não participar numa guerra ilegal e fratricida e que escolheu Portugal como local de refúgio o nosso apoio e solidariedade e disponibilidade para ajudar na sua integração no nosso país.-----

Enviar a presente moção: -----

-----Governo Português; Grupos parlamentares da AR: Embaixada da Ucrânia; Câmara Municipal de Sesimbra; Órgãos de comunicação social Local, distrital e Nacional.”-----

-----Logo após o **Presidente** referiu que ainda havia três recomendações por discutir, e, uma vez que o Deputado João Castanho, proponente da recomendação com o título “pelo envio atempado da informação à referente à atividade municipal”, tinha informado que, por motivos profissionais, não estaria presente na próxima reunião, sugeria que discutissem este documento e que as recomendações do Partido Socialista e do Chega transitassem para a próxima reunião de sexta-feira. -----

----- Relativamente aos pontos da ordem de trabalhos, já iriam estender a sessão para além da 01h00, mas o primeiro ponto, nomeadamente, “Transferência de competências da Administração Central no domínio da Ação Social – Prorrogação do prazo”, tinha de ser deliberada até ao final do mês de fevereiro, portanto, já não tinham condições para transitar esse ponto para a reunião de dia 03. Sobre o 2º ponto da ordem de trabalhos: “20ª Edição da Assembleia Municipal de Jovens e 15ª edição do Concurso “As Cores da Cidadania”, solicitou que ponderassem deliberar sobre este ponto hoje, porque embora não

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

houvesse qualquer tipo de prazo legal, queria encetar uma série de contactos e seria mais uma semana que não fariam os contactos pelo facto dos projetos não estarem ainda deliberados. Acrescentou que também era uma coisa simples, todos conheciam os projetos e todos conheciam os documentos. -----

-----Neste sentido, considerava que tinham condições de transitar o 2º ponto da ordem de trabalhos: “Atribuição do Prémio Espichel”, bem como o 4º ponto “Plano Municipal para a Igualdade e não discriminação” para a reunião de dia 03 de março. -----

-----De seguida, colocado à votação, a Assembleia Municipal **aprovou por unanimidade a transição dos seguintes assuntos para a 2ª reunião da sessão ordinária de fevereiro de 2024, a realizar no dia 03 de março:** -----

-----Período de Antes da Ordem do Dia: -----

-----Recomendação: “Pela Constituição do Conselho Municipal do Turismo de Sesimbra” -----

-----Recomendação: “Remoção de viaturas abandonadas na via pública ou em estacionamento indevido ou abusivo” -----

-----Período da Ordem do Dia: -----

-----2. “Atribuição do Prémio Espichel”; -----

-----4. “Plano Municipal para a Igualdade e não discriminação”, -----

-----Dando seguimento ao PAOD, o Presidente cedeu a palavra ao **Deputado João Castanho**, para que este fizesse a apresentação da Recomendação à Câmara Municipal com o título: **“Pelo envio atempado da informação referente à Atividade Municipal”** que a seguir se transcreve: -----

-----“O MSU ao abrigo do Regimento da Assembleia Municipal de Sesimbra apresenta a seguinte recomendação que visa definir o prazo de envio da documentação referente à atividade municipal pela CMS. --- -----

-----Temos recebido a documentação com os períodos em análise “misturados”, muitas vezes com pouco tempo antes das reuniões, o que se torna limitativo para uma análise cuidada pois não nos é dado o tempo necessário de partilha e preparação por grupo de trabalho. -----

-----Proposta para deliberação: -----

-----Com o objetivo de definir o prazo de envio da documentação o MSU vem propor que a mesma nos seja remetida pela CMS até um máximo de 15 dias após o termo do período alvo de análise, isto é:

-----Primeiro Trimestre – Envio até dia 15 de Abril -----

-----Segundo Trimestre – Envio até 15 de Julho -----

-----Terceiro Trimestre – Envio até 15 de Outubro -----

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Quarto Trimestre – Envio até 15 de Janeiro-----

-----Quando a data limite ocorrer num fim de semana ou feriado a documentação deverá ser enviada até ao primeiro dia útil seguinte.-----

-----Sesimbra, 24 de Fevereiro de 2023-----

-----MSU – Movimento Sesimbra Unida”-----

-----O Deputado João Castanho começou por dizer que esta recomendação surgia de uma necessidade sobre a qual tinham vindo a reclamar ao longo deste tempo, e reconhecendo a total colaboração da Câmara no escrutínio da atividade municipal, lançavam esta recomendação que era um desafio em regular um bocadinho as regras do “jogo”. Referiu que tinham dois problemas: o primeiro era a qualidade da informação, sendo que tinha de ser a AM a decidir o que queria e como queria, já tinham falado sobre isso e teria de ser, provavelmente, decidido em sede de comissão; o segundo era a questão dos prazos, porque, sinceramente, fazia um bocado de confusão terem trimestres municipais em análise e depois a documentação enviada não corresponder. Por exemplo, a última, que tinha chegado ontem, intitulava-se como a Atividade Municipal do Quarto Trimestre e tinha informação desde a data de 19 de dezembro até 31 de janeiro, e a outra anterior intitulava-se de Terceiro Trimestre e ia de 01 de setembro a 18 de dezembro. Neste sentido, como estavam no início do ano, podiam pôr aqui um ponto de ordem. O passado já lá ia e tinham de olhar para a frente e pensar no primeiro trimestre de 2023 para estabelecer algumas regras.-----

-----Referiu que o MSU vinha propor, basicamente, a imposição dessas regras ou recomendar à Câmara o desafio de que aceitasse as. Sugeriu que no primeiro trimestre, enviassem a documentação até 15 dias depois do fecho do período. Neste caso, como já tinham a documentação até ao dia 31 de janeiro, seria a atividade correspondente ao dia 01 de fevereiro até ao dia 31 de março, portanto, até aos 15 dias seguintes, sendo que, se calhasse ao fim de semana ou feriado, passaria para o dia útil seguinte.-----

-----Disse que, se da parte da Câmara havia disponibilidade de enviar a documentação, e se a tivessem em tempo útil, tornava-se muito mais fácil para todos conseguirem partilhar melhor com os grupos de trabalho, trocar ideias e até melhorar o próprio escrutínio da atividade municipal. Acrescentou que hoje deviam estar a discutir a atividade municipal, que tinham passado para a semana seguinte, mas só tinham recebido a informação ontem, ou seja, o período da Atividade Municipal entre o dia 19 de dezembro e 31 de dezembro, tinha sido recebido ontem e não havia tempo para fazer esse escrutínio da forma que todos deviam pretender.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Por fim, disse que esta era uma recomendação, mas era também um desafio para pôr algumas regras no jogo, e o envio dos períodos da Atividade Municipal poderia ser feito da seguinte forma: Do primeiro trimestre, o envio deveria ser feito até 15 de abril, do segundo trimestre até 15 de julho, do terceiro trimestre até 15 de outubro e do quarto trimestre até 15 de janeiro. -----

-----Presumiam que estes documentos eram feitos de uma forma evolutiva, e que não chegavam ao último dia para lançar tudo o que estava para trás. Como era feito ao longo do tempo, era só criar uma mecânica que fizesse chegar dentro destes prazos. -----

-----Solicitou o uso da palavra a **Deputada Sandra Carvalho** que disse que não tinham nada contra a recomendação e que tudo quanto fosse para melhorar a informação que vinha à AM merecia concordância e deveria merecer sempre. No entanto, internamente, o procedimento que estava definido já há muito há muito tempo na autarquia, e que podiam ver nos documentos, era que a atividade já tinha prazos definidos internamente para chegar e não muito longe daqueles que a recomendação indicava, porque o primeiro trimestre era de dia 01 de Janeiro a 30 de março, para entregar até dia 20 de Abril na Presidência, o segundo trimestre era do dia 01 de abril até ao dia 30 de Junho, para entregar até dia 20 de Julho, e o terceiro trimestre era de dia 01 de julho a 30 de Setembro, a entregar até dia 20 de outubro, e o quarto trimestre do dia 01 de outubro a 31 de Dezembro, a entregar até dia 20 de Janeiro. -----

-----De facto, internamente, nem sempre todos os serviços conseguiam cumprir este prazo. Não era de hoje, já acontecia há muito tempo, entre outras coisas que todos tinham vindo aqui a falar, que era o conteúdo da própria atividade municipal. Acrescentou que já tinha havido abertura e disponibilidade por parte do Presidente da CM para que ela, de facto, tivesse outro conteúdo, que eventualmente tivesse outros dados, mas na sua ótica, e já o tinha dito mais que uma vez, tinham de ser os destinatários dessa informação, à face da lei, a determinar que o que é que gostariam de analisar para a Câmara poder avaliar a possibilidade de conseguir fornecer esses dados, e isso também já tinha sido dito pelo Senhor Presidente. -----

-----Referiu que não tinha nada contra a recomendação, mas achava que deveria de, eventualmente, passar para uma Comissão no sentido de aproveitar esta recomendação e eventualmente iniciar uma discussão relativamente àquilo que queriam como Atividade Municipal e o que é que era possível à Câmara fornecer como atividade municipal. Acrescentou que, poderiam ir aos 308 municípios e dificilmente encontrariam 2 modelos iguais de atividade municipal. Podiam encontrar desde 500 folhas a PowerPoint com 5 ou 6 slides. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse que falava por experiência própria, porque tinha trabalhado neste assunto noutra qualidade há muito tempo e não era fácil chegar a um modelo, mas pelo menos que se chegasse a um modelo que servisse melhor os eleitos presentemente neste mandato para terem mais rapidamente acesso a dados que necessitavam para escrutinar a atividade da Câmara e à qual o Senhor Presidente também já havia pronunciado que não se eximia a isso, antes pelo contrário, que estava disponível nesse sentido, portanto, achava que podiam aproveitar para começar a dar andamento a este dossiê que era mais um “ananás” que tinham para descascar. -----

----- Fez uso da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que, na sequência da intervenção da Deputada Sandra Carvalho, disse que às vezes era uma vantagem ter bancadas que tinham tantos funcionários da autarquia, porque permitia perceber as datas que já existiam. -----

-----Disse que o teor da recomendação não ia tanto ao encontro aos prazos da chegada da Atividade Municipal à Presidência, mas na chegada aos deputados. Muito sinceramente, achava que 15 dias após o fim do trimestre, pela densidade da informação sobretudo dos balancetes, que eram de cariz obrigatório, não sabia se seria possível ou não, mas não tinha problemas em votar favoravelmente a esta recomendação. Acrescentou que também existia um trabalho prévio, como já tinha sido debatido aqui, e também era verdade que esta a melhoria da informação prestada ou que fosse mais adequada aos interesses dos deputados, também era um trabalho que tinham de fazer em conjunto, mas era outra coisa. Não queria dizer que mesmo da forma como estava que não chegasse mais cedo. Acrescentou que estavam a receber a documentação um dia antes daquela que era a data de deliberação, sabendo de antemão que já seria adiado para outra, e não era funcional. Além das incongruências que o Deputado João Castanho havia referido, que era os trimestres não serem lineares e estenderem-se um pouco, acabando por não se perceber muito bem, os períodos não estavam bem demarcados e achava que, pelo menos, esta clarificação devia ser feita e que a recomendação tinha esse mérito e fazia sentido. Não deixava de ser uma recomendação e faziam votos que servisse para criar alguns mecanismos que permitissem que a informação fosse prestada mais rapidamente. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Paulo Caetano** que começou por dizer que já tinham discutido aqui a propósito de vários documentos que chegavam à Assembleia Municipal. Não só a sua chegada atempada, mas também vinham falando muito sobre a qualidade da informação, como é que esta vinha organizada, se era fácil ler, de seguir, de interpretar e de realmente servir para aquilo que supostamente se esperava que os deputados eleitos nesta Assembleia pudessem fazer, que não era conscientemente opinar sobre os ditos documentos. -----

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Referiu que a recomendação em si, obviamente que fazia todo o sentido, porque todos desejavam ter, atempadamente, estes documentos para ter tempo suficiente de interiorizar tudo o que lá estava. No entanto, o que estavam aqui a discutir era que também parecia um pouco ambicioso fechar um trimestre e 15 dias depois ter esse relatório nas mãos. Era capaz de ser apertado. Havia muita coisa que podia ir sendo feita, mas havia muitas coisas que terminavam no dia 31 de março, no dia 30 de junho, entre outros. Depois, havia outras dificuldades que eram às vezes difíceis de operacionalizar, como já vinham seguindo e vendo, pelo menos o próprio, ao longo destes 5 anos. Explicou que, por exemplo, o segundo trimestre fechava a 30 de junho, e mesmo que chegasse a 15 de julho, dificilmente haveria uma Assembleia Municipal em julho e em gosto nunca havia, pelo que esse trimestre era sempre discutido em setembro ou outubro. Ou, às vezes aparecia uma situação urgente que era preciso votar porque terminava o prazo e a Atividade Municipal resvalava para mais uma reunião, ou seja, mais uma ou duas semanas. Portanto, na verdade, não havia uma solução imediata e simples para resolver essa questão, mas havia alguma coisa que se podia ponderar e viam com bons olhos a sugestão feita pela Deputada Sandra Carvalho, que era baixar à Comissão de Administração, e Finanças autárquicas e que, no âmbito dessa comissão, pudesse haver um esclarecimento da correspondência dos trimestres, mas a sugestão que faziam era que se garantisse a entrega atempada de 15 dias antes da Assembleia Municipal em que fosse discutida a atividade municipal, e que isso, pelo menos, fosse garantido. -----

-----Referiu que tinham recebido a Atividade Municipal, salvo erro, entre ontem e hoje, sabendo que seria apreciada só para a semana, mas em teoria seria para discutir hoje. Acrescentou que não estava a dizer que só teriam 24 horas para avaliar o documento, mas se ficasse estabelecido que o relatório de uma atividade municipal chegaria sempre garantidamente 15 dias antes da sessão em que essa atividade fosse ser discutida, fosse de um trimestre certo ou não, já era um contributo. -----

-----Sugeriam que baixasse à Comissão e que pensassem um bocadinho melhor sobre isso para estabelecer algumas normas e algumas regras de boas práticas, se assim o quisessem chamar, que não eram regras inflexíveis, mas boas práticas que podiam eventualmente ajudar a todos e também aos próprios serviços. Acrescentou que tinha comentado há pouco que, ainda bem que não era responsável por estes por estes relatórios, porque também não gostaria de o assumir assim. -----

-----Por fim, disse que concordariam, caso o proponente também aceitasse, que o documento baixasse à Comissão 5.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Castanho** que agradeceu os contributos prestados e disse que fazia hoje um ano que tinha começado a Guerra na Ucrânia, mas também um ano que o próprio

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

tinha vindo para a Assembleia. Referiu que quando se apresentou, havia dito que queriam estar numa atitude de conciliação e de ver aquilo que era melhor. Acrescentou que, quando apresentou esta recomendação, havia referido que havia 2 problemas com a documentação: a primeira era a qualidade dos documentos que tinha de ser decidido em sede de comissão provavelmente o que é queriam receber e como, e, depois, tinha a intenção de trazer só o prazo porque seria muito ambicioso da sua parte dizer que documentação é que queria, e isso não iria fazer, mas as questões do prazo pensavam que podia ser definido desde já. -----

----- Agradeceu em seguida o esclarecimento da Deputada Sandra Carvalho quanto às datas e referiu que tinham de receber o quarto trimestre da Atividade Municipal até 20 de janeiro ontem, sendo que ontem, dia 23 de fevereiro, tinham recebido “o resto e até já tinham recebido uma parte antes, que estava misturado, e este documento era no sentido de regular um bocadinho. Se não aprovassem esta recomendação hoje, não conseguiriam o ano de 2023 a receber a documentação toda certinha e nos trimestres certos porque iriam atrasar os documentos e as datas de envio. Mesmo que o primeiro trimestre não fosse até 15 de abril, que poderia ser até mais tarde, depois teriam as reuniões e, à partida, não, não deviam de conseguir. Acrescentou que a intenção de trazer esta recomendação nesta data era para que este ano tivessem os meses todos certos com os trimestres naturais, que era aquilo que era defendido na Atividade Municipal. -----

----- De qualquer modo, se fosse no sentido de em conjunto, criar um documento onde definissem as regras, as datas e os documentos, não se opunha em baixar o documento à Comissão. Não sabia se à Comissão de Líderes ou à Comissão 5, que deixaria ao critério da AM, porque se calhar em sede de comissão de líderes fazia mais sentido do que na Comissão 5. Mas, estava totalmente de acordo que baixasse à Comissão, porque estavam aqui para conciliar e para tentar o melhor para todos. -----

----- Solicitou o uso da palavra o **Deputado Rui Rodrigues** que disse considerar que este assunto deveria ser deliberado e discutido na Comissão de Líderes, porque, os prazos, na prática, eram os líderes de bancada que recebiam e deveriam definir. -----

----- Sugeriu que, se este documento baixasse a uma comissão, se pensasse e se definisse que tipo de informação é que se pretendia que viesse na Atividade Municipal, para não receber uma atividade municipal com 2 mil ou 3 mil folhas em que, possivelmente, 70% daquela informação não era relevante para a atividade da AM e conhecimento da vida autárquica. Se calhar era importante também refletir um pouco o que é que queriam saber da atividade municipal e ter acesso àquilo que era importante e não àquilo que muitas vezes poderia ser supérfluo, como por exemplo, a informação dos serviços que dizia no

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

relatório que tiravam “x” fotocópias. Essa informação poderia ser importante para a Câmara Municipal ter conhecimento do funcionamento interno dos seus serviços, mas para a Assembleia Municipal teria muitas dúvidas, portanto, achava que também era de refletir que tipo de informação é que se queria na Assembleia Municipal referente à atividade municipal.-----

-----Fez uso da palavra o **Deputado Pedro Mesquita** que disse que a sua intervenção ia no sentido de tentar perceber, pela boca do Senhor Presidente da AM, para que é que no fundo, servia a Comissão de Administração e Finanças autárquicas, porque quando tinham uma Comissão de finanças e administração autárquica, da qual já tinha sido coordenador, achava que era a comissão certa para fazer este levantamento, para fazer este estudo, para trabalhar com os serviços e para tentar perceber de alguma forma, não obstante que se pudesse juntar a Comissão de líderes, mas cada comissão tinha a sua função e a sua responsabilidade. -----

-----Usou da palavra o **Presidente da AMS** que referiu que o pensamento do Deputado Pedro Mesquita ia ao encontro do seu que, no momento certo, haveria de sugerir. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Presidente da CM** que disse que não via mal nenhum na recomendação, antes pelo contrário, porque recomendava essencialmente que fossem mais céleres a apresentar. Daí, até conseguirem cumprir os prazos, havia uma distância grande, portanto, tinha de confessar que no modelo que tinham neste momento, seria muito difícil cumprir estes prazos.-----

-----Referiu que a atual informação escrita com sensivelmente 300 páginas, tinha, essencialmente 4 itens: Uma agenda com as principais reuniões e atividades de vereação do executivo municipal; um resumo das principais deliberações de Câmara; a informação financeira densificada, com a extração de praticamente todos os instrumentos financeiros do município e até o comparativo com o período homólogo; e depois, aquela que era mais difícil no cumprimento dos 15 dias pós o trimestre, que no essencial eram relatórios que tinham sido definidos à época em linha com o que tinha sido solicitado pela Assembleia Municipal, e que os serviços tinham de executar teoricamente no prazo de 20 dias após o final do trimestre, entregar em concentrado no Gabinete de Apoio à Presidência com informação escrita de dados sobre cada uma das unidades orgânicas da Câmara Municipal. -----

-----Disse que confessava que seria muito difícil neste modelo, particularmente por causa deste último item, sendo que 3 primeiros eram aparentemente pacíficos porque todos os vereadores e o Presidente da Câmara tinham o pessoal administrativo de apoio que iam acompanhando as reuniões e os próprios retiravam aquilo que deviam retirar. Acrescentou que, a sua última informação tinha passado de 5 ou 6 páginas para meia página porque havia depurado tudo aquilo que não tinha interesse nenhum, e

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

na linha daquilo também tinha sido colocado na Assembleia. Perguntou o que é que a Assembleia tinha a ver que com que o próprio fosse a uma procissão ou ao aniversário de um clube ou que reunisse com o Executivo da União da Azoia por causa do Sesimbra Weekend. Era uma coisa banal que, mesmo se estivesse do outro lado, confessava que não tinha interesse nenhum para a Assembleia Municipal. -----

-----Referiu que a questão financeira era a mais simples de todas porque era só extrair do sistema, sendo que, na hora, praticamente, podiam extrair todos aqueles documentos e entregar. A última parte é que era a mais complexa. Acrescentou que quando olhava para o relatório também não lhe fazia sentido, e que se fizessem um histórico, e já ia para 6 anos como Presidente de Câmara, não se recordava, com uma rara exceção que pudesse ter acontecido, na discussão que sempre se tinha tido sobre a atividade municipal, que alguma das questões versasse exatamente para a questão mais complexa do relatório, que era os relatórios das unidades orgânicas. As questões eram sobre a questão financeira ou sobre alguma deliberação de Câmara ou sobre alguma das reuniões mais complexas ou sobre um tema que durante aquele período ou fora dele ou mais próximo da reunião, estivesse na ordem do dia do Concelho do Município do Território. -----

-----Disse que também não era menos verdade que se olhassem para o que legislador escrevia, não o estavam a cumprir, nem a Câmara nem a Assembleia Municipal. Acrescentou que não se recordava de onde vinha esta figura de ser por trimestre, porque o que dizia a lei atual era que em cada reunião ordinária, sendo que existiam 5 de acordo com a lei, o Presidente da Câmara devia prestar uma informação escrita sobre a atividade da Câmara Municipal e sobre a situação financeira, e tinha 5 dias úteis para o fazer antes da Assembleia Municipal, que também nunca tinham cumprido, sendo que tinham recebido na quarta-feira para uma Assembleia à sexta-feira. -----

-----Explicou que esta informação chegava dos serviços todos da CM ao Gabinete de Apoio à Presidência, chegava dos vereadores todos para o Gabinete de Apoio à Presidência, chegava também, da contabilidade, os pdf's com a situação financeira, e o que se fazia no Gabinete era colocar tudo num PDF único que depois remetiam para a AM. Acrescentou que faria já *mea culpa* porque a atividade do Presidente da Câmara, da qual havia depurado tudo o que não fazia falta, só tinha chegado na segunda-feira, que até a Câmara estava fechada, ao secretariado da Presidência, que naquele dia tinha feito questão de estar a trabalhar para na quarta-feira remeter para a Assembleia. -----

-----Disse que, de facto, era importante que conseguissem perceber e referiu que estavam a tentar fazer esse trabalho para a Câmara porque achava que era uma excelente ferramenta para também distribuir pelo órgão executivo. Perceber o que é que eventualmente fazia sentido até do ponto de vista

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

de imagem, de gráfica, extraído de todas as ferramentas administrativas que tinham, o que é fazia sentido e o que é que hoje tinham de extração rápida de software que permitisse ter uma informação que achava que podia ser útil para todos. Acrescentou que tinham muita coisa, porque já conseguiam extrair os tempos de resposta dos processos urbanísticos, quantos processos tinham entrado, quantos processos é que tinham saído automaticamente, quantas reclamações tinham tido e qual tinham sido os temas das reclamações, quantas é que tinham sido resolvidas, quantas é que tinham ficado por resolver.

Portanto, havia muita coisa que tinham, e até por áreas, da educação, do espaço público, entre outros. -----

-----Disse que para si fazia mais sentido isso e que a questão financeira fosse até ser mais em gráficos, que o sistema também permitia neste momento tirar. Mas também era importante perceber, efetivamente, do lado da Assembleia Municipal, o que é que era importante vir que era para não correrem o risco de ver uma coisa completamente diferente e depois dizerem que faltava informação ou que aquela informação não era adequada. -----

-----Disse ainda que seria muito sincero. A Atividade Municipal era distribuída por todos, sendo que quando era enviado para a Assembleia, era enviado para o executivo, e o próprio não lia porque eram 300 páginas. Portanto, se lhe perguntassem se ia ver às questões das unidades orgânicas, o que é que vinha no relatório, até era capaz, daqui a uma semana ou duas, se tivesse um bocadinho de tempo, com aquilo impresso, passar uma vista de olhos, mas não lia.-----

-----Concluiu dizendo que era preciso perceber qual era a informação que se pretendia neste momento e que a recomendação não chocava nada, que era legítima e que tinha lógica tendo em conta muitas vezes os atrasos que tinham, mas, de acordo com o que estava na Lei, o prazo era de 5 dias. -----

----- Fez uso da palavra o **Deputado João Castanho** que disse que concordava baixar o documento à Comissão, mas que a única dúvida que se prendia era se baixava à Comissão “1” ou à Comissão “5”, sendo que já tinha percebido que havia divergências, mas julgava que não fazia sentido baixar às duas. Contudo, seguiria a indicação do Presidente da AMS, propondo que baixasse à Comissão “5”. -----

-----Usou da palavra o **Presidente da AMS** que referiu que, atendendo à própria designação da comissão, nomeadamente, de Administração e Finanças Autárquicas, sendo que a maioria dos “dossiês” que lá iam estavam relacionados com finanças, mas esta era sem dúvida uma questão de administração, e considerava que havia abertura por parte do Presidente da CM e da Comissão em trabalhar rumo a uma melhoria do documento. -----

-----Fez uso da palavra o **Deputado João Castanho** que disse que a intenção era definir, numa primeira fase, as datas e depois o conteúdo, mas iam fazer as duas coisas em simultâneo. -----

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que disse que não sabia se todas as bancadas tinham representantes efetivos na Comissão “5”, e, não tendo, pela matéria em questão, se houvesse alguma bancada que não tivesse efetivo, fazia sentido que a Comissão “1” também participasse.-----

-----Interveio o **Presidente da AMS** que referiu que o Deputado Carlos Macedo não estava na Comissão 5. Esta era uma nova situação que tinha a sua pertinência.-----

-----Fez uso da palavra o **Deputado João Castanho** que disse que embora o tema fosse apropriado à Comissão “5”, não estavam todos nessa Comissão. Nesse caso, sendo que não fazia sentido juntar duas comissões, sugeria que baixasse só à Comissão de líderes, mas estava aberto a outras sugestões.-----

-----O **Presidente da AMS** disse que, na sua opinião, a matéria enquadrava-se perfeitamente no âmbito da Comissão “5”, mas era um facto que a Comissão 5 não tinha representatividade de todas as forças políticas, sendo que o Deputado Carlos Macedo não fazia parte da mesma. Acrescentou que havia sempre a hipótese de qualquer deputado poder assistir às reuniões das comissões, embora não pudesse votar.--

-----Usou novamente da palavra o **Deputado João Castanho** que disse que, posto isto, não havia outra alternativa se não baixar às duas comissões.-----

-----Interveio o **Presidente da AMS** que referiu que não concordava que se esvaziasse a Comissão de conteúdos e de matéria, e retirar da Comissão “5” para a “1” era esvaziar o trabalho das comissões, e eram comissões permanentes para alguma coisa, mas não tendo a Comissão “5” a representatividade de todos os partidos, ficavam com a proposta para que o assunto baixasse às Comissões “1” e “5” para que, em conjunto com a Câmara Municipal, trabalhassem o documento.-----

----- De seguida, colocado à votação, a Assembleia Municipal **aprovou por unanimidade, com a concordância do Grupo Municipal proponente, baixar à Comissão de Líderes dos Grupos Municipais e à Comissão de Administração e Finanças Autárquicas, a Recomendação sob o tema “Pelo envio atempado da informação referente à Atividade Municipal”**.-----

-----Logo após, deu início ao Período da Ordem do Dia com o **1º ponto da ordem de trabalhos: Transferência de competências da Administração Central no domínio da Ação Social – Prorrogação do prazo** -

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da CM** para que fizesse a apresentação deste ponto. Este começou por referir que tinha havido um acordo assinado entre a Associação Nacional de Municípios e o Governo que tinha vindo, de certa forma, criar outro tipo de condições relativamente aos modelos

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

financeiros desta descentralização na área da ação social. O acordo tinha sido feito depois do dia 1 de janeiro onde tinha ficado definida a possibilidade para nova adaptação face àquilo aos novos critérios a aplicar e, portanto, a Câmara tinha utilizado a prerrogativa que vinha nesse acordo entre a Associação, Municípios e o Governo, no sentido de entrar em vigor a partir do dia 3 de abril.-----

-----Não havendo nenhuma dúvida, o **Presidente da AMS** colocou à votação o **1º Ponto da Ordem de Trabalhos “Transferência de competências da Administração Central no domínio da Ação Social – Prorrogação do prazo”**, tendo a Assembleia Municipal de Sesimbra **deliberado, por unanimidade**, sob proposta da Câmara Municipal: -----

-----a) Ao abrigo do nº. 5 do artigo 24º. do Decreto-Lei nº. 55/2020, de 12 de agosto, na redação introduzida pelo Decreto-Lei nº. 87-B/2022, de 29 de dezembro, prorrogar o prazo para a transferência de competências no domínio da ação social até 3 de abril de 2023, por se entender que não estão reunidas as condições necessárias para o seu exercício;-----

-----b) Comunicar à Direção Geral das Autarquias Locais, nos termos e para os efeitos dos nº.s 5 e 6 do artigo 24º. do Decreto-Lei nº. 55/2020, de 12 de agosto, na redação introduzida pelo Decreto-Lei nº. 87-B/2022, de 29 de dezembro.”.-----

-----Foi dado seguimento ao POD com o **2º Ponto da Ordem de Trabalhos: 20ª Edição da Assembleia Municipal de Jovens e 15ª edição do Concurso “As Cores da Cidadania”**-----

-----O Presidente disse que eram dois projetos sobejamente conhecidos de todos os membros desta Assembleia e da Comunidade. Portanto, este ano datas mais ou menos redondas, nomeadamente, a 20ª Assembleia Municipal de Jovens e a 15ª Edição do Concurso “as cores da cidadania”.-----

-----Disse que o estavam hoje aqui a aprovar era apenas a ficha de projeto que já estava na posse de todos através da Plataforma da Assembleia Municipal, sendo que tinha algumas alterações que iam ao encontro do seu enquadramento no arranque das comemorações do 50º aniversário do 25 de Abril.-----

-----De seguida, não havendo intervenções sobre este ponto, o Presidente colocou à votação o 2º ponto da ordem de trabalhos: “20ª Edição da Assembleia Municipal de Jovens e 15ª edição do Concurso “As Cores da Cidadania””-----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra **deliberou, por unanimidade**, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais: **aprovar a Ficha de projeto da 20ª Edição da Assembleia Municipal de Jovens e a Ficha de Projeto da 15ª edição do Concurso “As Cores da Cidadania”**.-----

-----Solicitou o uso da palavra a **Deputada Andredina Cardoso** que, no âmbito da sua intervenção referente à Saudação do Dia da Mulher, sobre a equipa de feminina de Andebol, disse que queria deixar o

Ata nº 21 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

nome correto das 3 atletas municipais que tinham sido chamadas à Seleção Nacional de Andebol: Miriam Cardoso, Laura Cruz e Camila Rodrigues. -----

-----**O Presidente da AMS** agradeceu a informação, e, não havendo mais nada a tratar, a **Deputada Sandra Carvalho** solicitou a dispensa da leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura.-----

-----De seguida, declarou encerrada a sessão eram duas horas e vinte e cinco minutos do dia 25 de fevereiro de 2023. -----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que após aprovação vai ser assinada pelo Presidente e por quem a lavrou.